

# **Eletroriver S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Eletroriver S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletroriver S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eletroriver S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### *Recuperabilidade de ágio adquirido em combinação de negócios (“Impairment”)*

#### Por que foi considerado um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldos significativos decorrentes de ágios gerados em combinações de negócios, que estão sujeitos à avaliação anual de “impairment”.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Esse assunto foi tratado como principal assunto de auditoria em virtude da representatividade desses ativos, bem como pelo fato de os modelos utilizados nos testes de “impairment” envolverem subjetividade e julgamento por parte da Diretoria. Esses julgamentos são fundamentados em premissas que podem ser afetadas por eventos futuros de mercado, principalmente aquelas associadas com as projeções dos fluxos de caixa e com a taxa de desconto utilizadas. Devido à relevância dos saldos, ao nível de incerteza e ao grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

## Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs; (ii) envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade desses ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria sobre o teste de valor recuperável do ágio adquirido em combinação de negócios, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Daniel de Carvalho Primo  
Contador  
CRC nº MG 076441/O-9

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

A Administração da Eletroriver S.A. (“Eletroriver” ou “Companhia”), submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais findos em 2022 e 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), bem como em observância às normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards” ou “IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), aplicáveis às empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

O presente documento é destinado, prioritariamente, aos acionistas da Eletroriver, e mantido à disposição para acesso público no website da Companhia ([www.eletroriver.com.br](http://www.eletroriver.com.br)), no site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>) e publicado no Jornal A Tarde, em conformidade com o exigido pela legislação brasileira.

## 1. INTRODUÇÃO

A Eletroriver, sociedade anônima de capital aberto registrada na CVM na categoria “B” desde julho de 2022, foi constituída em 28 de maio de 1997 e tem por objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, deles se tornando ou não sócia, controladora ou não, compreendendo: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Seu controle acionário é detido pela CS Energia S.A., companhia de capital fechado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, titular de ações representativas de 65,97% do capital social da Companhia.

Sua atuação está concentrada na gestão dos seus investimentos no capital social da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), investida que detém, indiretamente, o controle acionário de 13 (treze) sociedades de propósito específico titulares, respectivamente, de autorizações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração do potencial hidrelétrico de 13 (treze) pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com potência instalada total de 291,5MW, localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, todas inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

A Brasil PCH, por sua vez, tem como únicas acionistas a Companhia e a BSB Energética S.A. (“BSB”), titulares, respectivamente, de ações representativas de 70% e 30% do seu capital social. Assim, uma vez que a Companhia detém o controle acionário da BSB, em que subscreve 91% do capital votante, sua participação direta e indireta no Grupo Brasil PCH soma 97,30%.

## 2. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

### 2.1. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

*Visão geral.* Os diretores entendem que, a partir da análise e revisão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, essa apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos aspectos indicados abaixo.

*Endividamento líquido.* O endividamento líquido da Companhia é calculado pelo valor total dos passivos, subtraído dos montantes registrados em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido ao final do exercício de 2022, comparado com 31 de dezembro de 2021:

<b>Indicadores financeiros</b>		<b>Em</b>	
		31/12/2022	31/12/2021
<i>(R\$)</i>			
	Dívida Bruta <sup>1</sup>	2.693.885	2.925.040
(-)	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	185.517	271.989
(=)	Dívida Líquida <sup>(2)</sup>	2.508.368	2.653.051

**Disponibilidade de caixa.** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encerrou com caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizando R\$ 185.517 (R\$ 271.989 em 2021). O comportamento da posição de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente, pelo: (i) pagamento de dividendos aos acionistas, (ii) pagamento dos encargos financeiros e principal das debêntures, e (iii) pagamento do valor retido em decorrência da aquisição das ações de emissão da Brasil PCH em dezembro 2021, estes parcialmente compensados pelos dividendos recebidos da Brasil PCH.

**Indicadores Financeiros.** O índice de liquidez corrente é calculado pela razão do saldo do ativo circulante pelo saldo do passivo circulante, já o índice de liquidez geral é calculado pela razão do saldo do ativo circulante somado ao ativo não circulante pelo passivo circulante acrescido do passivo não circulante. A variação destes índices entre os períodos analisados deve-se, principalmente, à emissão das Debêntures pela Companhia, considerando as informações expostas no quadro a seguir:

<b>Liquidez Corrente</b>	<b>Em</b>	
<i>(R\$)</i>	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante (i)	355.487	387.700
Passivo Circulante (ii)	429.595	495.264
Liquidez Corrente ((i)/(ii))	0,83	0,78

<b>Liquidez Geral</b>	<b>Em</b>	
<i>(R\$)</i>	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante (a.1)	355.487	387.700
Ativo Não Circulante (a.2)	3.370.980	3.437.787
Passivo Circulante (b.1)	429.592	495.264
Passivo Não Circulante (b.2)	2.264.290	2.429.776
Liquidez Geral [(a.1) + (a.2) / (b.1) + (b.2)]	1,38	1,31

## 2.2. Estrutura de capital

A atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$ 1.032.585 (R\$ 900.447 em 2021). O aumento do patrimônio líquido de 14,68%, em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com 31 de dezembro de 2021, refere-se, principalmente, ao desempenho econômico das suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta por 27,71% (23,54% em 2021) de capital próprio (patrimônio líquido) e 72,29% (76,46% em 2021) de capital de terceiros (passivo total), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

<sup>1</sup> A Dívida Bruta é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes, descontada de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação.

Indicadores de investimento	Em				2022x2021 AH %
	31/12/2022		31/12/2021		
	(R\$)	AV %	(R\$)	AV %	
Patrimônio Líquido	1.032.585	27,71%	900.447	23,54%	14,68%
Passivo Total	2.693.882	72,29%	2.925.040	76,46%	-7,90%
Total	3.726.467	100%	3.825.487	100%	-2,59%

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros, visando a manutenção de relação adequada que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia, sem depreciação de sua liquidez, buscando, assim, a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

### 2.3. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando as disponibilidades, o registro no passivo circulante a título de debêntures, bem como o fluxo de recursos recebidos de seus investimentos na BSB e na Brasil PCH, os diretores da Companhia entendem que o fluxo de caixa da Companhia está adequado às suas necessidades de curto prazo.

No médio e longo prazo, a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia está diretamente vinculada a geração de caixa e distribuição de dividendos pela BSB Energética e pela Brasil PCH, este último, o único ativo operacional da Companhia.

Nesse sentido, considerado o histórico de distribuição de dividendos pela BSB e Brasil PCH, ambos lastreados no resultado da operação das PCHs, todas (i) inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) até os anos de 2028 ou 2029, conforme o caso, (ii) integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e (iii) optantes pela Repactuação do Risco Hidrológico, na Modalidade SP100, os fluxos de caixa da Brasil PCH e, conseqüentemente, da Companhia apresentam, no entendimento da administração, estabilidade e previsibilidade compatíveis e adequados à gestão dos seus compromissos financeiros, conforme cronogramas pactuados. O quadro a seguir traz o fluxo de caixa da companhia nos últimos dois exercícios:

Demonstrações de fluxo de caixa (R\$/mil)	Em	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	238.982	227
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	419.731	116.925
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	33.733	-898.491
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-519.507	1.020.321
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	172.939	238.982

### 2.4. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia utilizou recursos oriundos de seus investimentos em controladas e, captação no mercado financeiro e de capitais, por meio da emissão das Debêntures destinadas a aquisição de participação adicional no capital social da Brasil PCH.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, as operações da Companhia proporcionaram geração de caixa líquido de R\$ 419.731 (R\$ 116.925 em 2021), enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis pela aplicação de caixa no exercício de 2022 no montante de R\$ 519.507 (R\$ 1.020.321 em 2021).

## 2.5. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia é de R\$ 1.939.234 (R\$ 2.032.615 em 2021), equivalente às debêntures emitidas pela Companhia, bem como das debêntures da BSB e da Brasil PCH, bem como do instrumento de SWAP das debêntures Brasil PCH. Para fins desse item, o nível de endividamento foi calculado considerando a soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou R\$ 1.753.717 (R\$ 1.760.626 em 2021).

As principais características do endividamento da Companhia, ao final dos dois últimos exercícios estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Taxa de Juros % a.a.	Vencimento	Em 31 de dezembro de (R\$/mil)	
				2022	2021
Debênture 1ª Série ELRV11	(R\$)	7,04%+IPCA	15/04/2030	807.346	818.651
Debênture 1ª Série BSBE11	(R\$)	7,04%+IPCA	15/04/2030	346.005	350.851
Debênture 1ª Série BPCH11	(R\$)	2,39%+ CDI	15/11/2026	311.946	355.815
Debenture 2ª Série BPCH21	(R\$)	8,2647%+IPCA	15/11/2026	392.236	426.213
Instrumento Fin. Derivativo "SWAP" – Brasil PCH	(R\$)	IPCA+8,2647%	15/11/2026	81.701	81.085
Total de Empréstimos e Financiamentos (A)				1.939.234	2.032.615
Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras (B)				185.517	271.989
Dívida Líquida de Empréstimos e Financiamentos (A) – (B)				1.753.717	1.760.626

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes. Em 31 de dezembro de 2022, as demonstrações financeiras da Companhia trouxeram 04 (quatro) contratos de emissão de títulos de valores mobiliários (debêntures), conforme relacionadas a seguir. São elas:

Debêntures Série Única - ELRV11: emitidas em 15 de setembro de 2021 (“Data de Emissão”), com prazo de vencimento de 8,5 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2030 (“Data de Vencimento”). Foram emitidas 805.000 (oitocentas e cinco mil) Debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo, na Data de Emissão, o valor total de R\$ 805.000. O valor nominal das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo (“IPCA”), conforme fórmula constante da escritura de emissão (“Valor Nominal Atualizado”). Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,04% ao ano. O pagamento dessa remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento. O principal será amortizado em 17 (dezesete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH.

Debênture Série Única – BSB11: emitidas em 15 de setembro de 2021 (“Data de Emissão Debêntures BSB”), com prazo de vencimento de 8,5 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2030 (“Data de Vencimento Debêntures BSB”). Foram emitidas 345.000 (trezentas e quarenta e cinco mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1 (“Debêntures BSB”), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures BSB, o valor total de R\$ 345.000. O valor nominal das Debêntures BSB será atualizado pela variação acumulada do IPCA, conforme fórmula constante da escritura de emissão (“Valor Nominal Atualizado Debêntures BSB”). Sobre o Valor Nominal Atualizado Debêntures BSB incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,04 % ao ano. O pagamento dessa remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento Debêntures BSB. O principal será amortizado em 17 (dezesete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento Debêntures BSB. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH.

Debênture 1ª Série – BPCH11: emitidas em 15 de outubro de 2018 (“Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 1ª Série”), com prazo de vencimento de 97 meses, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2026 (“Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série”). Foram emitidas 450.000 (quatrocentas e cinquenta) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1 (“Debêntures Brasil PCH – 1ª Série”), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 1ª Série, o valor total de R\$ 450.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incide, juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, calculadas nos termos da escritura de emissão (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 2,39% (dois inteiros e trinta e nove centésimos por cento) ao ano. O principal será amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2019 e a última na Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a quitação integral de dívidas existentes na data da emissão.

Debênture 2ª Série – BPCH21: emitidas em 15 de outubro de 2018 (“Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 2ª Série”), com prazo de vencimento de 08 anos e um mês anos, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2026 (“Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 2ª Série”). Foram emitidas 450.000 (quatrocentas e cinquenta) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1 (“Debêntures Brasil PCH – 2ª Série” e, em conjunto com Debêntures Brasil PCH – 1ª Série, “Debêntures Brasil PCH”), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 2ª Série, o valor total de R\$ 450.000. O valor nominal das Debêntures é atualizado pela variação acumulada do IPCA, conforme fórmula constante da escritura de emissão (“Valor Nominal Atualizado Debêntures Brasil PCH – 2ª Série”). Sobre o Valor Nominal Atualizado Debêntures Brasil PCH – 2ª Série incide juros remuneratórios correspondentes a 8,2647%. O principal será amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2019 e a última na Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a quitação integral de dívidas existentes na data da emissão.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no item “i” acima.

Grau de subordinação entre as dívidas. Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos.

As Debêntures e as Debêntures BSB são garantidas pela alienação fiduciária da totalidade das ações representativas da integralidade do capital social da Brasil PCH, na proporção de suas participações na controlada.

Já as Debêntures Brasil PCH, assim como o SWAP da primeira série, compartilham, dentre outras garantias: (i) da alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes e que venham a ser emitidas pelas sociedades de propósito específico (“SPEs”) e detidas pela PCHPAR PCH Participações S.A. (“PCHPAR”), assim como aquelas de emissão da PCHPAR; (ii) de garantias fidejussórias prestadas pela PCHPAR e pelas SPEs; e (iii) cessão fiduciária de direitos emergentes das autorizações concedidas às SPEs pela ANEEL, assim como direitos creditórios oriundos dos contratos de compra e venda de energia firmados no âmbito do PROINFA.

Em 15 de setembro de 2021, a Companhia realizou a emissão das Debêntures. A escritura de emissão possui hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, tais como eventuais mudanças ou transferências do controle acionário da Companhia e suas controladas, operações societárias (fusão, cisão, incorporação) da Companhia ou controladas, constituição de garantias reais sob bens de propriedade da Companhia e suas controladas, contratação de novas dívidas, incluindo emissão de debêntures, celebração de novos contratos de mútuo e a realização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Adicionalmente, a Companhia é obrigada, a partir de 2022, a manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) de 1,2 (um inteiro e dois décimos por cento), ou superior, (i) semestralmente, tendo por base as demonstrações financeiras com revisão limitada por auditores da Companhia; (ii) eventualmente, em caso de distribuição trimestral de dividendos intercalares, com base em lucros acumulados após o término do exercício fiscal anterior, tendo por base demonstrações financeiras intermediárias com revisão limitada por auditores da Companhia. A primeira apuração do ICSD se deu no ano de 2022, tendo como base demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, relativas aos 4 (quatro) trimestres anteriores à respectiva apuração. Ao final do exercício de 2022 apurou-se ICSD de 2,25.

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras. As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

### **3. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

#### **3.1. Demonstrativo de Resultados**

Nos quadros abaixo seguem apresentados os resultados apurados pela Companhia comparados com os resultados obtidos no mesmo período do ano anterior.

**Exercícios findos de 2022 e 2021 (Consolidado)**

Demonstração de Resultado	No exercício de 2022 comparado com o mesmo período de 2021				
	31/12/2022		31/12/2021		AH (%)
	(R\$/mil)	AV (%)	(R\$/mil)	AV (%)	
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	714.371	100,00%	56.758	100%	1.158,63%
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	(83.184)	11,64%	(6.369)	11,22%	1.206,08%
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(23.960)	3,35%	(1.849)	3,26%	1.195,84%
Custos com pessoal	(18.821)	2,63%	(2.448)	4,31%	668,83%
Custos com manutenção	(15.673)	2,19%	(1.402)	2,47%	1.017,90%
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	(10.428)	1,46%	(833)	1,47%	1.151,86%
Custos com seguros	(9.015)	1,26%	(673)	1,19%	1.239,52%
Custos com operação	(2.258)	0,32%	(501)	0,88%	350,70%
Taxas setoriais	(996)	0,14%	(80)	0,14%	1.145,00%
Custos com meio ambiente	(463)	0,06%	(448)	0,79%	3,35%
Outros Custos	(480)	0,07%	(30)	0,05%	1.500,00%
Total do custo das vendas de energia	(165.278)	23,14%	(14.633)	25,78%	1.029,49%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>549.093</b>	<b>76,86%</b>	<b>42.125</b>	<b>74,22%</b>	<b>1.203,48%</b>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores	(12.869)	1,80%	(1.680)	2,96%	666,01%
Despesas administrativas e gerais	(3.205)	0,45%	(1.531)	2,70%	109,34%
Depreciação e amortização	(724)	0,10%	(5)	0,01%	14.380,00%
Receita com indenizações recebidas	17.500	2,45%	3.065	5,40%	470,96%
Resultado na baixa de ativos	(21)	0,00%	-	-	N/A
Outras despesas/receitas	(13.879)	1,94%	(372)	0,66%	3.630,91%
	(13.198)	1,85%	(523)	0,92%	2.423,52%
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	128.968	227,22%	N/A
Ganho na remensuração de investimento	-	-	853.789	1.504,26%	N/A
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>	<b>535.895</b>	<b>75,02%</b>	<b>1.024.359</b>	<b>1.804,78%</b>	<b>-47,68%</b>
Despesas financeiras	(256.770)	35,94%	(34.507)	60,80%	644,11%
Receitas financeiras	28.941	4,05%	2.031	3,58%	1.324,96%
Total do resultado financeiro	(227.829)	31,89%	(32.476)	57,22%	601,53%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	308.066	43,12%	991.883	1.747,57%	-68,94%
Imposto de renda e contribuição social	(39.192)	5,49%	(2.038)	3,59%	1.823,06%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>268.874</b>	<b>37,64%</b>	<b>989.845</b>	<b>1.743,97%</b>	<b>-72,84%</b>

**Receita líquida de vendas:** A receita líquida da Companhia atingiu, ao final do exercício de 2022, o montante de R\$ 714.371 (R\$ 56.758 em 2021). A receita líquida de vendas e todas as demais linhas das demonstrações financeiras que a compõe, variaram em decorrência da consolidação dos resultados da Brasil PCH nos resultados da Companhia, a partir de 1º de dezembro de 2021.

**Outras Receitas (Despesas):** Apuradas, ao final do exercício de 2022, no montante total líquido de R\$ 13.879, frente a R\$ 372 no mesmo período do ano anterior, representando variação de 3.630,91%, que se deve à consolidação das demonstrações financeiras a partir de 1º de dezembro de 2021, em decorrência da assunção do controle da Brasil PCH.

Despesas financeiras: As despesas financeiras totalizaram R\$ 256.770 ao final do exercício de 2022, representando aumento de R\$ 222.263, equivalente a 644,11%, quando comparado ao exercício de 2021, período em que apurou-se o valor de R\$ 34.507. A variação dos valores contabilizados como despesa financeira se deve, principalmente, à apuração dos encargos financeiros no âmbito da emissão das debêntures da Companhia, da BSB e da Brasil PCH, bem como do instrumento de SWAP da Brasil PCH.

Receitas Financeiras: As receitas financeiras totalizaram R\$ 28.941 ao final do exercício de 2022, representando aumento de R\$ 26.910, se comparado ao exercício de 2021, quando totalizou R\$ 2.031. A variação decorre, principalmente, da consolidação dos resultados da Brasil PCH nos resultados da Companhia, a partir de 1º de dezembro de 2021.

Imposto de Renda e Contribuição Social: As apurações do imposto de renda e da contribuição social totalizaram R\$ 39.192 ao final do exercício de 2022, enquanto no mesmo período do ano de 2021, a Companhia apurou o montante de R\$ 2.038. A variação de R\$ 37.514, equivalente a 1.823,06%, se devem, principalmente, aos efeitos da Consolidação das demonstrações financeiras da Brasil PCH, a partir de 1º de dezembro de 2021.

Lucro líquido do exercício: Em decorrência dos fatores acima, apurou-se lucro líquido de R\$ 268.874 ao final do exercício de 2022, representando redução de R\$ 720.971, correspondente a 72,84%, se comparado ao calculado ao final do exercício de 2021, quando totalizou R\$ 989.845. A variação se deve, principalmente, aos efeitos da remensuração da parcela do investimento anteriormente detido por ELR e BSB no Capital da BPCH..

### 3.2. Balanço Patrimonial

Segue apresentada abaixo a posição do balanço patrimonial consolidado da Companhia, referente ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022, comparado com o apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Balanço Patrimonial	No exercício de 2022 comparado com o mesmo período de 2021				
	31/12/2022		31/12/2021		
	(R\$/mil)	A.V%	(R\$/mil)	A.V%	A.H%
Ativos circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	172.939	4,64%	238.982	6,25%	-27,64%
Aplicações financeiras	12.578	0,34%	33.007	0,86%	-61,89%
Contas a receber de clientes	161.675	4,34%	103.352	2,70%	56,43%
Impostos a recuperar	-	0,00%	6.423	0,17%	-100,00%
Despesas antecipadas	5.190	0,14%	3.868	0,10%	34,18%
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	320	0,01%	1.321	0,03%	-75,78%
Outros ativos circulantes	2.785	0,07%	747	0,02%	272,82%
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>355.487</b>	<b>9,54%</b>	<b>387.700</b>	<b>10,13%</b>	<b>8,31%</b>
Ativos não circulantes					
Impostos e contribuições diferidos	112	0,00%	288	0,01%	-61,11%
Impostos a recuperar.	7.592	0,20%	7.387	0,19%	2,78%
Depósitos judiciais	20.622	0,55%	14.692	0,38%	40,36%
Outros ativos não circulantes	287	0,01%	287	0,01%	0,00%
Imobilizado	1.326.476	35,60%	1.360.506	35,56%	-2,50%
Intangível	2.015.891	54,10%	2.054.627	53,71%	-1,89%
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>3.370.980</b>	<b>90,46%</b>	<b>3.437.787</b>	<b>89,87%</b>	<b>-1,94%</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>3.726.467</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.825.487</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,59%</b>

Balanco Patrimonial	No exercício de 2022 comparado com o mesmo período de 2021				
	31/12/2022		31/12/2021		A.H%
	(R\$/mil)	A.V%	(R\$/mil)	A.V%	
<b>Passivos circulantes</b>					
Fornecedores	3.067	0,08%	7.893	0,21%	-61,14%
Debêntures.	307.352	8,25%	257.391	6,73%	19,41%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.411	0,06%	2.114	0,06%	14,05%
Impostos, contribuições e taxas a recolher	42.970	1,13%	9.229	0,24%	365,60%
Dividendos a pagar	-	0,00%	110.579	2,89%	100,00%
Provisão de férias e 13º salário	2.305	0,06%	2.241	0,06%	2,86%
Receita diferida	1.773	0,05%	4.367	0,11%	-59,40%
Instrumento financeiro derivativo - SWAP.	6.703	0,18%	609	0,02%	1.000,66%
Provisão para contrato oneroso	-	0,00%	1.998	0,05%	100,00%
Provisões para compromissos futuros.	6.245	0,17%	5.905	0,15%	5,76%
Passivo de arrendamento	537	0,01%	225	0,01%	138,67%
Contas a pagar - aquisição de investimento	-	0,00%	60.440	1,58%	100,00%
Outros passivos	56.232	1,51%	32.273	0,84%	74,24%
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>429.595</b>	<b>11,53%</b>	<b>495.264</b>	<b>12,95%</b>	<b>-13,26%</b>
<b>Passivos não circulantes</b>					
Debêntures	1.561.394	41,90%	1.713.096	44,78%	-8,86%
Partes relacionadas	-	0,00%	1.428	0,04%	100,00%
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	75.318	2,02%	81.797	2,14%	-7,92%
Impostos e contribuições diferidas	585.148	15,70%	596.300	15,59%	-1,87%
Passivo de arrendamento.	1.350	0,04%	-	-	N/A
Provisões para compromissos futuros	38.110	1,02%	34.574	0,90%	10,23%
Provisões para riscos	2.970	0,08%	2.581	0,07%	15,07%
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>2.264.290</b>	<b>60,76%</b>	<b>2.429.776</b>	<b>63,52%</b>	<b>-6,81%</b>
<b>Total dos Passivos</b>	<b>2.693.886</b>	<b>72,29%</b>	<b>2.925.040</b>	<b>76,46%</b>	<b>-7,90%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	66.071	1,77%	66.071	1,73%	0,00%
Reservas de lucros	922.118	24,74%	803.979	21,02%	14,69%
Ajuste de avaliação patrimonial	13.769	0,37%	4.742	0,12%	190,36%
Lucros acumulados	-	-	-	-	N/A
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.001.958	26,89%	874.792	22,87%	14,54%
Participação dos acionistas não controladores	30.627	0,82%	25.655	0,67%	19,47%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.032.585</b>	<b>27,71%</b>	<b>900.447</b>	<b>23,54%</b>	<b>14,68%</b>
<b>Total dos Passivos E Do Patrimônio Líquido</b>	<b>3.726.467</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.825.487</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,59%</b>

### **Ativo Circulante**

**Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa apurado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 172.939, representando redução de 27,64%, equivalentes a R\$ 66.043, quando comparado ao calculado em 31 de dezembro de 2021, quando foram registrados R\$ 238.982, influenciado, principalmente, pelo: (i) pagamento de dividendos aos acionistas, (ii) pagamento dos encargos financeiros e principal das debêntures, e (iii) pagamento do valor retido em decorrência da aquisição das ações de emissão da Brasil PCH ocorrida em dezembro 2021, estes parcialmente compensados pelos dividendos pagos pela Brasil PCH.

**Aplicações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de aplicações financeiras atingiu R\$ 12.578, representando uma redução de 61,89% ou R\$ 20.429 se comparado a 31 de dezembro de 2021, momento em que o saldo era de R\$ 33.007.

Contas a receber de clientes: O montante de R\$ 161.675, registrado em 31 de dezembro de 2022, representa aumento de R\$ 58.323, equivalentes a 56,43% quando comparado ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2021, quando apurou-se R\$ 103.352. Tal saldo refere-se a contas a receber decorrentes da comercialização de energia pelas controladas da Brasil PCH, nos termos dos contratos de compra e venda de energia firmados no âmbito do PROINFA.

Despesas antecipadas: As despesas antecipadas totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 5.190, representando aumento de R\$ 1.322, equivalente a 34,18% se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando apurou-se saldo de R\$ 3.868. A variação decorre da renovação do seguro de risco operacional da Brasil PCH ocorrida em junho 2022.

Instrumento financeiro derivativo – SWAP: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou saldo de instrumento financeiro derivativo – SWAP no valor de R\$ 320, representando a redução de R\$ 1.001, equivalentes a 75,78% se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando apurou-se saldo de R\$ 1.321. A variação é decorrente das diferenças das curvas de CDI e IPCA aplicadas ao derivativo contratado pela Brasil PCH.

Outros ativos circulantes: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou saldo de R\$ 2.785, representando aumento de R\$ 2.038, equivalente a 272,82%, se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, momento em que o saldo montava R\$ 747. A variação é decorrente dos ajustes positivos do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) apurados para os empreendimentos controlados pela Brasil PCH.

#### ***Ativo Não Circulante***

Impostos e contribuições diferidos: Os impostos e contribuições diferidos apresentaram o saldo de R\$ 112 em 31 de dezembro de 2022, representando redução de R\$ 176 se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando apurou-se o saldo de R\$ 288. A variação decorre, principalmente, da realização dos impostos diferidos no período por controladas da Brasil PCH.

Impostos e contribuição a recuperar: Os impostos a recuperar apresentaram saldo, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 7.592, representando o aumento de R\$ 205, equivalente a 2,78% quando comparado ao período findo em 31 de dezembro de 2021, cujo saldo somava R\$ 7.387. A variação é resultado, principalmente, de impostos sobre a recuperação de aplicações financeiras pela BSB e controladas da Brasil PCH.

Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais somaram, em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$ 20.622, representando aumento de R\$ 5.930, equivalente a 40,36% quando comparado ao saldo verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 14.692. A variação é resultado dos processos contabilizados dos quais a Brasil PCH e/ou suas controladas são parte.

#### ***Passivo Circulante***

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2022 apurou-se saldo com fornecedores no valor de R\$ 3.067, representando redução de R\$ 4.826, equivalente a 61,14%, se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando o saldo montava R\$ 7.893.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo correspondente a dívida relativa à emissão de debêntures da Companhia no montante de R\$ 307.352, representando aumento de R\$ 49.961, equivalente a 19,41%, se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 quando apresentou o saldo de R\$ 257.391. Tal variação é resultado, principalmente, dos encargos financeiros incorridos no período, parcialmente compensadas com o pagamento de parcela do principal e juros relacionados às debentures de emissão da Companhia, bem como da BSB e da Brasil PCH.

Obrigações trabalhistas e previdenciárias: Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações trabalhistas e previdenciárias somaram R\$ 2.411, representando aumento de R\$ 297, equivalente a 14,05%, se comparado ao saldo do exercício findo 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 2.114. A variação refere-se, principalmente, a impostos retidos sobre a folha de pagamento das controladas da Brasil PCH.

Impostos, contribuições e taxas a recolher: Em 31 de dezembro de 2022, os impostos, contribuições e taxas a recolher totalizaram o montante de R\$ 42.970, representando aumento de R\$ 33.741, equivalentes a 365,60%, se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 quando registrou-se R\$ 9.229. A variação é decorrente, principalmente, da mudança do regime de tributação de Lucro Presumido para Lucro Real da controlada indireta Santa Fé Energética S.A..

Dividendos: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não registrou dividendos a pagar no Passivo Circulante, uma vez que a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios ocorreu durante o exercício de 2022, a partir do levantamento das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2022. O saldo de dividendos a pagar, em 31 de dezembro de 2021, montava a importância de R\$ 110.579, valor este que foi liquidado no primeiro trimestre de 2022.

Provisões para férias e 13º salário: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo das provisões para férias e 13º salário totaliza o montante de R\$ 2.305, representado aumento de R\$ 64, equivalente a 2,86%, se comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando apurou-se saldo de R\$ 2.241. A variação se deve, principalmente, ao provisionamento de férias no período pelas controladas da Brasil PCH.

Receita diferida: A receita diferida, em 31 de dezembro de 2022, foi apurada em R\$ 1.773, representando redução de R\$ 2.594, equivalente a 59,40%, se comparada com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, momento em que se apurou saldo de R\$ 4.367. A variação é decorrente dos ajustes positivos no âmbito da comercialização de energia por controladas da Brasil PCH.

Instrumento financeiro derivativo – SWAP: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou saldo de instrumento financeiro derivativo – SWAP no valor de R\$ 6.703, representando aumento de R\$ 6.094, equivalente a 1.000,66%, se comparado com o saldo no valor de R\$ 609 apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A variação decorre das diferenças das curvas de CDI e do IPCA aplicadas ao instrumento derivativo contratado pela Brasil PCH.

Provisão para contrato oneroso: Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para pagamento de contrato oneroso apresentava saldo de R\$ 1.998, já liquidado no primeiro trimestre de 2022 da Brasil PCH.

Provisões para compromissos futuros: Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo de R\$ 6.245, relativo a provisões para compromissos futuros, representando aumento de R\$ 340, equivalente a 5,76% se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando apurou-se saldo de R\$ 5.905. A variação refere-se, principalmente, a movimentação da provisão dos custos socioambientais pelas controladas da Brasil PCH.

Passivo de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo de passivo de arrendamento no valor de R\$ 537, representando aumento de R\$ 312, equivalente a 138,67%, se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando o saldo apurado totalizou R\$ 225. A variação é decorrente da renovação dos contratos de aluguéis firmados pela Brasil PCH.

Contas a Pagar por aquisições de investimentos: O saldo divulgado, em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 60.440, referente ao valor retido do preço de aquisição das ações de emissão da Brasil PCH foi liquidado em maio de 2022, no montante de R\$ 63.036, devidamente atualizados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Outros passivos: Em 31 de dezembro 2022, foi apurado saldo de R\$ 56.232, representado aumento de R\$ 23.959, equivalente a 74,24% se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, momento em que montava saldo de R\$ 32.273. A variação se deve ao provisionamento para pagamento do prêmio de risco hidrológico pelas controladas da Brasil PCH.

#### ***Passivo Não Circulante***

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo correspondente à dívida com debêntures de emissão da Companhia, da Brasil PCH e da BSB no montante de R\$ 1.561.394, representando redução de R\$ 151.702, equivalente a 8,86%, se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando apurou-se saldo de R\$ 1.713.096. A variação decorre da apropriação de encargos financeiros no período.

Instrumento financeiro derivativo – SWAP: Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo de instrumento financeiro derivativo – SWAP no valor de R\$ 75.318, representando redução de R\$ 6.479, equivalente a 7,92% se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no qual o saldo apurado foi de R\$ 81.797. A variação decorre das diferenças das curvas de CDI e do IPCA aplicadas ao instrumento derivativo contratado pela Brasil PCH.

#### ***Patrimônio Líquido***

Reserva de Lucros: O saldo da reserva de lucros apurado ao final do exercício de 2022 totaliza R\$ 922.118, frente aos R\$ 803.979 registrados ao final do exercício de 2021, representando aumento de R\$ 118.139, equivalente a 14,69%. O aumento se deve à aquisição de participação adicional pela Companhia na Brasil PCH, ocorrida em 1º de dezembro de 2021, bem como ao desempenho da investida nos períodos analisados. Cumpre ressaltar, o pagamento de dividendos no montante de R\$ 142.983, sendo o valor de R\$ 71.226 relativo aos dividendos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como de R\$ 65.280 correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022 e R\$ 6.477 correspondentes aos dividendos adicionais do mesmo exercício social de 2022.

Ajustes de avaliação patrimonial: Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo dos ajustes de avaliação patrimonial no montante de R\$ 13.769, representando aumento de R\$ 9.027, equivalente a 190,36%, se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, momento em que apresentou saldo de R\$ 4.742. A variação refere-se a outros resultados abrangentes de coligadas relacionados a ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa da Brasil PCH.

### **3.3. Prestação de Serviços pelos Auditores Independentes**

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), empresa de auditoria independente contratada pela Companhia, além de prestar serviços relativos à auditoria externa das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 2022, também prestou os serviços de asseguarção limitada sobre a estrutura de controles para o processo de compilação e apuração dos índices financeiros (“Relatório ICSD”) e de revisão da Escrituração Contábil Fiscal (“ECF”).

Com relação ao ECF, o auditor foi contratado em julho 2022 para execução do serviço de revisão das apurações do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, da Contribuição Social do Lucro Líquido e do arquivo ECF da Companhia, com enfoque nos blocos de apuração da ECF e na consistência de suas informações, tendo como base a documentação suporte. Para a realização do escopo de revisão anual do arquivo ECF, a Companhia dispendeu o montante de R\$ 5.831,00, que corresponde a 3,3% do valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Com relação ao Relatório ISCD, a Deloitte foi contratada no mês de agosto de 2022 para sua elaboração, em decorrência de exigência contida na escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia. A partir de então, o Relatório ICSD deverá ser elaborado (i) semestralmente, tendo por base as demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) eventualmente, em caso de distribuição trimestral de dividendos intercalares, com base em lucro acumulado após o término do exercício fiscal anterior, tendo por base demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a realização do escopo da asseguarção limitada sobre o Relatório ICSD, a Companhia dispendeu o montante de R\$ 19.825,00, correspondente a 11,5% do valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia entende que tal procedimento aperfeiçoa seus processos de governança, e a qualidade dos dados apresentados aos seus acionistas e mercado em geral.

Por se tratar de elemento de asseguarção com base na NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, bem como pelo fato de que a revisão do ECF se trata de trabalho de *compliance* tributário, esses serviços não resultam na existência de conflito de interesses com os trabalhos de auditoria externa realizados, ou em perda de independência e de objetividade dos auditores.

Os auditores entendem que os serviços mencionados não configuram perda de independência relacionada ao trabalho de auditoria. A Administração também entende que ela não consta dos impedimentos previstos no artigo 23 da Resolução CVM nº 23/2021e que estão em linha com a Resolução CFC1311.

#### **A Administração.**

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>						<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.459	122.142	172.939	238.982	Fornecedores	46	4.927	3.067	7.893	
Aplicações financeiras	8	23	-	12.578	33.007	Debêntures	16	94.847	62.125	307.352	257.391
Contas a receber de clientes	9	-	-	161.675	103.352	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	2.411	2.114
Impostos a recuperar		-	-	-	6.423	Impostos, contribuições e taxas a recolher	18	85	455	42.967	9.229
Despesas antecipadas		-	-	5.190	3.868	Dividendos a pagar	22	-	110.579	-	110.579
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	16	-	-	320	1.321	Provisão para férias		-	-	2.305	2.241
Outros ativos circulantes		-	-	2.785	747	Receita diferida	19	-	-	1.773	4.367
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>11.482</b>	<b>122.142</b>	<b>355.487</b>	<b>387.700</b>	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	16	-	-	6.703	609
						Provisão para contrato oneroso	21	-	-	-	1.998
						Provisões para compromissos futuros	17	-	-	6.245	5.905
						Passivo de arrendamento		-	-	537	225
						Contas a pagar - aquisição de investimento	12	-	42.308	-	60.440
						Outros passivos	1.2	-	-	56.232	32.273
						<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>94.978</b>	<b>220.394</b>	<b>429.592</b>	<b>495.264</b>
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>						<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Partes relacionadas	13	-	14.696	-	-	Debêntures	16	693.659	735.576	1.561.394	1.713.096
Impostos e contribuições diferidos		-	-	112	288	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	16	-	-	75.318	81.797
Impostos a recuperar		1.806	2.762	7.592	7.387	Partes relacionadas	13	-	-	-	1.428
Depósitos judiciais	10	-	-	20.622	14.692	Passivo de arrendamento		-	-	1.350	-
Outros ativos não circulantes		-	-	287	287	Impostos e contribuições diferidas	27	-	-	585.148	596.300
Investimentos em controladas	12	1.777.307	1.691.151	-	-	Provisões para compromissos futuros	17	-	-	38.110	34.574
Imobilizado	14	-	11	1.326.476	1.360.506	Provisões para riscos	20	-	-	2.970	2.581
Intangível	15	-	-	2.015.891	2.054.627	<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>693.659</b>	<b>735.576</b>	<b>2.264.290</b>	<b>2.429.776</b>
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>1.779.113</b>	<b>1.708.620</b>	<b>3.370.980</b>	<b>3.437.787</b>	<b>Total dos passivos</b>		<b>788.637</b>	<b>955.970</b>	<b>2.693.882</b>	<b>2.925.040</b>
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	22				
						Capital social		66.071	66.071	66.071	66.071
						Reservas de lucros		922.118	803.979	922.118	803.979
						Ajuste de avaliação patrimonial		13.769	4.742	13.769	4.742
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.001.958	874.792	1.001.958	874.792
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	30.627	25.655
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.001.958</b>	<b>874.792</b>	<b>1.032.585</b>	<b>900.447</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>1.790.595</b>	<b>1.830.762</b>	<b>3.726.467</b>	<b>3.825.487</b>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.790.595</b>	<b>1.830.762</b>	<b>3.726.467</b>	<b>3.825.487</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	-	-	714.371	56.758
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	25	-	-	(83.184)	(6.369)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	-	-	(23.960)	(1.849)
Custos com pessoal		-	-	(18.821)	(2.448)
Custos com manutenção		-	-	(15.673)	(1.402)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(10.428)	(833)
Custos com seguros		-	-	(9.015)	(673)
Custos com operação		-	-	(2.258)	(501)
Taxas setoriais		-	-	(996)	(80)
Custos com meio ambiente		-	-	(463)	(448)
Outros custos		-	-	(480)	(30)
Total do custo das vendas de energia	25	-	-	(165.278)	(14.633)
LUCRO BRUTO		-	-	549.093	42.125
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores		(34)	-	(12.869)	(1.680)
Despesas administrativas e gerais	25	(144)	(712)	(3.205)	(1.531)
Depreciação e amortização	25	-	-	(724)	(5)
Resultado na baixa de ativos		-	-	(21)	3.065
Receita com indenizações recebidas	1.4	-	-	17.500	-
Outras receitas (despesas), líquidas	25	(1.762)	148	(13.879)	(372)
	25	(1.940)	(564)	(13.198)	(523)
Resultado de equivalência patrimonial	12	361.407	146.597	-	128.968
Ganho na remensuração de investimento	12	-	830.536	-	853.789
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		359.467	976.569	535.895	1.024.359
Despesas financeiras	26	(106.212)	(14.676)	(256.770)	(34.507)
Receitas financeiras	26	7.867	991	28.941	2.031
Total do resultado financeiro		(98.345)	(13.685)	(227.829)	(32.476)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		261.122	962.884	308.066	991.883
Corrente	27	-	-	(50.204)	(3.286)
Diferido	27	-	-	11.012	1.248
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(39.192)	(2.038)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		261.122	962.884	268.874	989.845
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES				261.122	962.884
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				7.752	26.961
LUCRO BÁSICO/ DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	23	4,2349	19,9281		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	261.122	962.884	268.874	989.845
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de "hedge" durante o exercício	9.027	35.096	9.277	35.861
RESULTADO ABRANGENTE DO TOTAL	<u>270.149</u>	<u>997.980</u>	<u>278.151</u>	<u>1.025.706</u>
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES			270.149	997.980
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES			8.002	27.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

ELETRO RIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados controladora	Patrimônio Líquido Controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
			Reserva legal	Reserva de Lucros a Realizar	Dividendos adicionais propostos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		48.581	9.716	-	38.105	(30.354)	-	66.048	787	66.835
Dividendos adicionais propostos distribuídos		-	-	-	(38.105)	-	-	(38.105)	(2.858)	(40.963)
Aumento de Capital	22	17.490	-	-	-	-	-	17.490	-	17.490
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	962.884	962.884	26.961	989.845
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	22.6	-	-	-	-	35.096	-	35.096	765	35.861
Destinações:	22									
Reserva Legal		-	3.498	-	-	-	(3.498)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.5	-	-	-	-	-	(239.847)	(239.847)	-	(239.847)
Dividendos mínimos obrigatórios destinados para reserva de lucros a realizar	22.5	-	-	71.226	-	-	-	71.226	-	71.226
Reserva de lucros a realizar	22.4	-	-	719.539	-	-	(719.539)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>66.071</u>	<u>13.214</u>	<u>790.765</u>	<u>-</u>	<u>4.742</u>	<u>-</u>	<u>874.792</u>	<u>25.655</u>	<u>900.447</u>
Aumento de capital acionista não controlador	13	-	-	-	-	-	-	-	1.453	1.453
Dividendos distribuídos	22.4	-	-	(71.226)	-	-	-	(71.226)	(2.261)	(73.487)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	261.122	261.122	7.752	268.874
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	22.6	-	-	-	-	9.027	-	9.027	250	9.277
Destinações:	22									
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	22.5	-	-	-	-	-	(65.280)	(65.280)	(1.866)	(67.146)
Dividendos adicionais distribuídos	22.5	-	-	-	-	-	(6.477)	(6.477)	(356)	(6.833)
Dividendos adicionais a distribuir	22.5	-	-	-	189.365	-	(189.365)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>66.071</u>	<u>13.214</u>	<u>719.539</u>	<u>189.365</u>	<u>13.769</u>	<u>-</u>	<u>1.001.958</u>	<u>30.627</u>	<u>1.032.585</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		261.122	962.884	308.066	991.883
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível		-	-	-	(3.065)
Encargos financeiros sobre debêntures	26	101.449	13.960	242.127	30.048
Amortização do ajuste a valor justo debêntures	26	-	-	(12.119)	-
Atualização financeira sobre depósitos judiciais		-	-	(200)	(24)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(4)	-	(4.394)	(154)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	17	-	-	447	208
Atualização financeira sobre contratos de alugueis		-	-	11	7
Depreciação e amortização	25	-	-	83.908	6.374
Equivalência patrimonial	12	(361.407)	(146.597)	-	(128.968)
Resultado na remensuração de ativos	12	-	(830.536)	-	(853.789)
Prêmio de risco repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	23.960	1.849
Constituição do ajuste MRE		-	-	(3.422)	(572)
Apropriação do ajuste do MRE	1.1	-	-	(1.180)	239
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE		-	-	-	12
Instrumentos financeiros derivativos (curva CDI x IPCA)	16	-	-	14.663	3.192
Atualização monetária sobre contas a pagar por aquisição de investimento		1.817	-	2.596	-
Custo de transação de Debêntures	16	2.110	221	4.372	432
Provisão para redução ao valor recuperável	15	-	-	6.690	-
Provisão para riscos	20	-	-	(574)	208
Atualização sobre provisões de riscos		-	-	80	-
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>					
Contas a receber de clientes	9	-	-	(58.324)	(1.789)
Impostos a recuperar		969	(14)	6.655	(229)
Despesas antecipadas		-	-	(441)	682
Partes relacionadas		-	10	-	-
Outros ativos		-	-	48	361
Fornecedores		(4.881)	5.323	(9.531)	2.169
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	455	1.913
Impostos e contribuições a recolher	18	(371)	367	(21.334)	1.463
Passivo de arrendamento		-	-	592	-
Provisão de férias e 13º salário		-	-	(26)	(1.605)
Pagamento contrato oneroso	21	-	-	(1.998)	(1.934)
Pagamento provisão para riscos	20	-	-	(105)	-
Pagamento compromissos futuros	17	-	-	(3.692)	(505)
Depósitos judiciais		-	-	(5.793)	(32)
Outros passivos		-	-	-	(38)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>804</b>	<b>5.618</b>	<b>571.537</b>	<b>48.336</b>
<b>Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>					
Dividendos recebidos	11	298.973	135.258	-	68.564
Juros pagos sobre debêntures	16	(50.912)	-	(152.230)	-
Juros pagos na aquisição de investimento	12	(2.125)	-	(3.036)	-
Juros recebidos (pagos) sobre instrumento financeiro Swap	16	-	-	12.223	-
Juros pagos sobre contratos de alugueis		-	-	(11)	(7)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(8.752)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>246.740</b>	<b>140.876</b>	<b>419.731</b>	<b>116.893</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Aquisição de participação adicional em controlada	12	-	(706.607)	-	(1.009.438)
Caixa assumido em combinação de negócios	12	-	-	-	129.934
Aquisição de imobilizado e intangível	14, 15 e 30	-	-	(8.590)	(2.722)
(Aplicações) Resgates em aplicações financeiras		(19)	-	24.823	(20.238)
Indenização do sinistro do ativo imobilizado	1.3 e 1.4	-	-	17.500	4.005
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<b>(19)</b>	<b>(706.607)</b>	<b>33.733</b>	<b>(898.459)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>					
Contas a pagar pela aquisição de investimento	12	(42.000)	-	(60.000)	-
Dividendos pagos	22	(253.562)	(96.147)	(258.045)	(99.005)
Debêntures pagas	16	(61.842)	-	(189.616)	-
Captação Líquida de Debêntures	16	-	783.829	-	1.119.369
Partes relacionadas		-	(16)	-	2
Pagamento de arrendamento		-	-	(577)	(45)
Instrumentos derivativos pagos	16	-	-	(11.269)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>		<b>(357.404)</b>	<b>687.666</b>	<b>(519.507)</b>	<b>1.020.321</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(110.683)</b>	<b>121.935</b>	<b>(66.043)</b>	<b>238.755</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
No início do exercício	7	122.142	207	238.982	227
No fim do exercício	7	11.459	122.142	172.939	238.982
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(110.683)</b>	<b>121.935</b>	<b>(66.043)</b>	<b>238.755</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETRORIVER S.A E CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>RECEITAS</b>					
Venda de Energia - Bruta	24	-	-	742.643	58.097
Venda de Energia - Ajustes (MRE)	24	-	-	4.602	811
Receita com indenizações recebida	1.4	-	148	17.500	4.171
		<u>-</u>	<u>148</u>	<u>764.745</u>	<u>63.079</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Serviços de Terceiros	25	(1.092)	(644)	(4.534)	(4.365)
Materiais		-	-	(2.625)	(280)
<b>Outros Custos Operacionais:</b>					
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	25	-	-	(11.424)	(913)
Prêmio de repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	(23.960)	(1.849)
Resultado da baixa de ativo imobilizado		-	-	-	(940)
Provisão para perda por desvalorização de ativos	15	-	-	(6.690)	-
Seguros	25	-	-	(9.015)	-
Outros		(149)	-	239	(251)
		<u>(1.241)</u>	<u>(644)</u>	<u>(58.009)</u>	<u>(8.598)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>(1.241)</b>	<b>(496)</b>	<b>706.736</b>	<b>54.481</b>
<b>RETENÇÕES</b>					
Depreciação e Amortização	25	-	-	(83.908)	(6.374)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>		<b>(1.241)</b>	<b>(496)</b>	<b>622.828</b>	<b>48.107</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	361.407	146.597	-	128.968
Receitas Financeiras	26	7.375	991	26.730	2.031
Outras receitas		492	830.536	2.211	853.789
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>		<b>368.033</b>	<b>977.628</b>	<b>651.769</b>	<b>1.032.895</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Empregados</b>					
Remuneração direta		28	-	26.641	3.733
Benefícios		28	-	19.372	3.278
FGTS		-	-	5.765	392
		-	-	1.504	63
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>					
Federais		671	154	91.986	4.809
Estaduais		671	154	91.766	4.728
Municipais		-	-	175	76
		-	-	45	5
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>					
Encargos financeiros sobre debêntures e outros juros	26	106.212	14.590	264.268	34.508
Instrumento financeiro derivativo		103.265	14.357	244.722	33.748
Outras despesas financeiras		-	-	15.797	-
		2.947	233	3.749	760
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>					
Lucros retidos		261.122	962.884	268.874	989.845
Dividendos	22	189.365	794.263	194.895	821.224
		71.757	168.621	73.979	168.621
		<u>368.033</u>	<u>977.628</u>	<u>651.769</u>	<u>1.032.895</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ELETRORIVER S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eletroriver S.A. (“Eletroriver”, “Companhia” ou “Controladora” e em conjunto com suas controladas denominadas “Grupo”) foi constituída em 28 de maio de 1997, com sede social na cidade de Salvador e estado da Bahia, tendo a CS Energia S.A. como controladora e como controlada direta as empresas BSB Energética S.A. (“BSB”) e a Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), além das participações indiretas na PCHPAR - PCH Participações S.A. e em 13 Sociedades de Propósito específico (“SPEs”) titulares, respectivamente, de Autorizações de emissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, as quais estão discriminadas abaixo na seção “Dados das controladas”. A Companhia tem por objeto a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, deles se tornando ou não sócia, controladora ou não, compreendendo: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Em 1º de dezembro de 2021, Eletroriver e BSB concluíram a aquisição das ações da Brasil PCH, onde a Eletroriver passou a deter o total de 70% (65.931.482 ações ordinárias) e a BSB 30% (28.256.349 ações ordinárias) do capital social da Brasil PCH. A partir daquela data, a Eletroriver passou a controlar a Brasil PCH.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$83.496 (R\$98.252 em 31 de dezembro de 2021). Já no balanço patrimonial consolidado, o capital circulante líquido negativo é de R\$74.108 (R\$107.564 em 31 de dezembro de 2021). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que a emissão das debêntures está vinculada à aquisição da parcela adicional das ações da Brasil PCH S.A. realizada pela Grupo e o fluxo das receitas de suas controladas indiretas são estáveis e conhecidos a partir da comercialização das energias no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), os quais são suficientes para cobrir o capital circulante líquido negativo.

#### Dados das controladas

BSB Energética S.A.: Constituída em 24 de março de 2000, com sede social na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia como sócia ou acionista.

Brasil PCH S.A.: Constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006 por meio da PCH Participações S.A., investida que possui 100% do capital social de 13 SPEs Autorizadas pela ANEEL a explorar, respectivamente, 13 PCHs, com capacidade total de 291,5 MW de potência instalada, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogadas por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017.

A comercialização da integridade da energia gerada pelas 13 controladas indiretas da Brasil PCH se dá por meio de contratos de compra e venda de energia, com prazo de 20 anos contados da data de início da operação comercial, firmados com Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA. Abaixo são apresentadas as informações relativas às PCHs controladas pela Brasil PCH:

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Início da Autorização	Início da operação comercial	Término da autorização (*)
Bonfante	Rio Paraibuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	02/08/2038
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	12/09/2038
Caparaó	Rio Preto, Dores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	30/12/2038
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	25/06/2038
Funil	Rio Guanhães, Dores de Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	05/03/2038
Irara	Rio Doce, Jataí, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	06/09/2038
Jataí	Rio Claro, Jataí, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	30/07/2038
Monte Serrat	Rio Paraibuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	13/02/2039
Retiro Velho	Rio da Prata, Aporé, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	16/06/2039
Santa Fé	Rio Paraibuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	09/05/2038
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	17/04/2038
São Pedro	Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	16/06/2039
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	17/02/2039

(\*) Datas extraídas das Resoluções Autorizativas nº 11.023 e nº 11.131, datadas, respectivamente, de 31 de janeiro de 2022 e 23 de fevereiro de 2022.

Os dados de capacidade instalada e garantia física das PCHs da Brasil PCH, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

As PCHs controladas pela Brasil PCH fizeram opção por participar do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2021 foram subtraídos no faturamento das PCHs da Brasil PCH, em 12 parcelas ao longo do exercício de 2022, no montante total de R\$1.180, composto do montante negativo de R\$3.178 referentes aos ajustes do MRE e o montante positivo de R\$1.998 referente às recontabilizações e consumo interno, dentre outros). As rubricas impactadas ao longo do exercício de 2022 foram “outros ativos circulantes”, no montante de R\$1.551, “receita diferida” no montante de R\$2.731.

## 1.2. Repactuação do risco hidrológico - RRH (Consolidado)

As PCHs controladas pela Brasil PCH aderiram à RRH nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobras informou às controladas indiretas que o recolhimento do prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas do Grupo, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, as controladas indiretas da Companhia apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento adotado pela Eletrobras. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca das notificações de controvérsias, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para um novo pronunciamento. Em 11 de março de 2021, as SPEs apresentaram manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor das notificações de controvérsia, até o momento sem solução.

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas indiretas da Companhia possuem provisão de R\$56.229 (R\$32.269 em 2021) constituída no passivo circulante na rubrica “outros passivos” em contrapartida ao resultado na rubrica “prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)”. O respectivo efeito no resultado para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022 montou em R\$23.960 (R\$1.849 em 2021, contabilizados em decorrência da aquisição do controle da Brasil PCH em 1º de dezembro de 2021).

## 1.3. Sinistro São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”) - Consolidado

Em razão das fortes chuvas na região do município de Alfredo Chaves, estado do Espírito Santo, a casa de força da São Joaquim Energia S.A., controlada da Brasil PCH, foi inundada, resultando na interrupção da produção de energia elétrica a partir do dia 17 de janeiro de 2020.

A São Joaquim tomou todas as medidas necessárias para os reparos e pronto restabelecimento da situação operacional das centrais geradoras, de modo que a unidade geradora nº 01 (“UG01”) voltou a operar no dia 28 de abril de 2020 e a unidade geradora nº 02 (“UG02”) em 22 de maio de 2020. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou por meio dos Despachos nº 1.228 e 1.491 a partir dos dias 1º e 28 de maio de 2020, respectivamente, a liberação da operação comercial das unidades geradoras da São Joaquim.

Por conta do ocorrido, a Administração da São Joaquim iniciou o processo de regulação junto à seguradora, com vistas à cobertura securitária. Como resultado, em 20 de dezembro de 2021, a seguradora efetuou o pagamento da última parcela da indenização no valor de R\$4.005, sendo R\$787 referente a indenização de lucros cessantes e R\$3.218 referente a indenização de danos materiais. O montante foi reconhecido no resultado na rubrica de “resultado na baixa de ativos” e com isso o sinistro foi economicamente encerrado.

#### 1.4. Sinistro Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”) – Consolidado

Em agosto de 2020, com uso de veículo submersível remotamente operado (“ROV”), a Santa Fé Energética S.A., controlada da Brasil PCH, realizou inspeção no túnel de adução do empreendimento, quando foi possível identificar, o colapso parcial daquela estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recomposição das condições de segurança operacional do túnel de adução foram devidamente programadas e iniciadas no mês de maio e finalizadas no dia 13 de julho de 2021. A unidade geradora 01 voltou a produzir no dia 08 de julho de 2021 e a unidade geradora 02 no dia 15 de julho de 2021.

A Santa Fé reconheceu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, resultado pela baixa de ativos no montante de R\$940, o qual reflete a baixa contábil do valor residual referente aos ativos que compõe a parcela danificada do seu túnel de adução. Adicionalmente, a Santa Fé dispendeu gastos com recuperação na estrutura do túnel de adução. Esses valores foram reconhecidos como ativo imobilizado, na rubrica de “Reservatório, barragem, adutora”.

Por conta do ocorrido, a Administração da Companhia iniciou o processo de regulação junto à seguradora com vistas à cobertura securitária. A seguradora efetuou o pagamento de R\$5.000 em 03 de fevereiro, R\$6.500 em 07 de julho e R\$6.000 em 05 de dezembro de 2022, totalizando o montante de R\$17.500, a título de adiantamento dos itens sinistrados. Este valor foi reconhecido no resultado na rubrica de “Receita com indenizações recebidas.

De momento, aguarda-se a conclusão do processo de regulação e, conseqüentemente, a definição dos montantes finais envolvidos neste tema.

## 2. IMPACTOS COVID-19

O Grupo analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças que (i) indiquem que seus ativos não estejam registrados pelo seu valor recuperável; ou (ii) sugira hipótese de descontinuidade operacional, ou (iii) requeiram ajustes nas suas informações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

## 3. COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão apresentadas as entidades que são controladas, diretamente ou indiretamente, pela Eletroriver em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Investida	Participação direta		Participação indireta (*)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Investimentos mantidos diretamente pela Eletroriver</u>				
BSB Energética S.A.	91,00%	91,00%	0,00%	0,00%
Brasil PCH S.A. (**)	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
<u>Investimentos mantidos através da participação na Brasil PCH</u>				
PCHPAR PCH Participações S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Bonfante Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Carangola Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Calheiros Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Caparaó Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Funil Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Irara Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Jataí Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Monte Serrat Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%

Investida	Participação direta		Participação indireta (*)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Retiro Velho Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Santa Fé Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Joaquim Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Pedro Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Simão Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%

(\*) A participação indireta refere-se ao percentual que a BSB possui nas datas-bases sobre os referidos investimentos, multiplicado pelo percentual que a Eletroriver possui sobre a BSB.

(\*\*) A controlada foi consolidada a partir de 1º de dezembro de 2021 nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, data de aquisição do controle acionário da Brasil PCH S.A.

#### 4. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

##### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição
Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual	As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido	As alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 – Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato	<p>As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).</p> <p>Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.</p>
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	<p>As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.</p> <p><u>IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade -</u> A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D16(a).</p> <p><u>IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:</u> A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.</p> <p><u>IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos:</u> A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.</p> <p><u>IAS 41/CPC 29 – Agricultura -</u> A alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos. Isso alinha a mensuração do valor justo da IAS 41 às exigências da IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para que os fluxos de caixa e taxas de desconto sejam internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.</p> <p>Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.</p>

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021)	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) -Demonstrações Consolidadas e IAS 28/CPC 18 (R2) (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8/CPC 23	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

A Administração do Grupo não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

## 5. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

### 5.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 5.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de serviços.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, estando classificados como circulantes quando esperada que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 6. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 6.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 6.2. Segmentos operacionais

O Grupo atua em um único segmento operacional, considerando que é uma empresa holding que detém participação indireta, com controle sobre 13 SPEs titulares de Autorização para exploração, respectivamente, de 13 PCHs, e que, portanto, sua receita operacional provém exclusivamente da geração e venda de energia elétrica. Nesse contexto, essas demonstrações financeiras não possuem nota explicativa de informação por segmento.

### 6.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo sendo, portanto, mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### 6.3.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

### 6.3.2. Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

### Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### 6.3.3. Contabilização de “hedge” (“hedge accounting”)

A controlada Brasil PCH designa determinados derivativos como instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa.

No início da relação de “hedge”, a controlada documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge”, juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia. Além disso, no início do “hedge” e em base contínua, o Grupo avalia se o instrumento de “hedge” é efetivo na compensação de variações nos fluxos de caixa do item objeto de “hedge”, que é quando as relações de “hedge” atendem todas às exigências de efetividade.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de “hedge” qualificáveis que são designados e qualificados como “hedges” de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado do exercício.

A controlada descontinua a contabilização de “hedge” apenas quando a relação de “hedge” (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação. Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente.

#### 6.3.4. Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando o Grupo possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

#### 6.4. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

## 6.5. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a investida.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

## 6.6. Investimento em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia ou sua controlada possui influência significativa e que não se configura como controlada ou sociedade sob controle comum. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas, ressalvadas as previsões legais.

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos da coligada ou joint venture são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligada ou joint venture são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada ou joint venture (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada ou joint venture), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada ou joint venture.

Na aquisição do investimento em uma coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, se aplicável, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

No caso da Companhia, até de 30 de novembro de 2021 o investimento na Brasil PCH era compartilhado (joint venture) com a Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“RENOVA”), contudo, a partir de 1 de dezembro de 2021, passou a ser classificado como Controlada, tendo em vista a conclusão da aquisição de participação adicional de 34,70% no capital da investida, com a conseqüente saída da RENOVA do quadro de acionistas.

#### 6.7. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação/construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos) ou ao valor justo (mais valia), quando da aquisição de ativo por combinação de negócios, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## 6.8. Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das 13 PCHs controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produção independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas controladas indiretas da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na Lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, restando claro que está facultada às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas autorizações, limitada a 7 anos.

A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182 consolidando o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram o risco hidrológico, nos termos da Resolução Normativa 684/2015, onde se enquadram todas as usinas do Grupo. A extensão para as usinas do Grupo foi homologada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.932, publicada em 17 de setembro de 2021, sendo que no momento, encontra-se em discussão pedido reconsideração ao processo de cálculo e homologação das extensões realizado pela ANEEL/CCEE.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga foi realizado pelas Resoluções Autorizativas da ANEEL publicadas no Diário Oficial da União nos dias 31/01/2022 e 23/02/2022.

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas indiretas da Companhia, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

#### Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

#### 6.9. Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 15, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

#### Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

#### Ágio

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado à unidade geradora de caixa do Grupo, sendo submetida anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente.

#### 6.10. Valor recuperável de ativos

Anualmente, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas, calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### 6.11. Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### 6.12. Provisões para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 6.13. Provisão para contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo da vida do contrato.

#### 6.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### 6.15. Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

#### 6.16. Receita diferida

Os contratos de compra e venda de energia, celebrados entre as SPEs e a ELETROBRAS, estabelecem que seja consolidado em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro, conforme previsão contratual, resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas. Os valores envolvidos são reconhecidos como receita diferida e apropriados ao resultado com base no regime de competência.

#### 6.17. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### 6.18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia, das controladas diretas Brasil PCH S.A. e BSB Energética S.A., assim como as controladas indiretas PCHPAR PCH Participações S.A. e Santa Fé Energética S.A. são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O regime fiscal adotado pelas controladas indiretas foi do lucro presumido, com exceção da Santa Fé Energética S.A., cujo regime fiscal adotado a partir de 01 de janeiro de 2022, foi o lucro real. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social) – Destaca-se que a BSB Energética S.A. e a Santa Fé Energética S.A. alteraram o regime fiscal adotados em 2022 de lucro presumido para lucro real, refletindo a situação fiscal das entidades.

#### 6.19. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração dos impostos.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em joint ventures, exceto quando o Grupo for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível.

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o se espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

#### 6.20. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

#### 6.21. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

#### 6.22. Arrendamentos

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais as controladas sejam a arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação.

#### 6.23. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

O Grupo avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é remensurado na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

A administração contratou especialistas externos para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do “*Purchase Pricing Allocation*” (PPA). As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição.

#### 6.24. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e sobre o ágio decorrente de combinação de negócios. Anualmente são realizados testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá haver redução ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2022, a Companhia efetuou a avaliação do valor recuperável do ágio adquirido em aquisição de investimento em coligada, reconhecendo uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$6.690, tendo como contrapartida a rubrica de “Outras despesas, líquidas” na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou novamente a avaliação da recuperabilidade do ágio, sem que nenhuma provisão adicional fosse reconhecida nas demonstrações financeiras.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos, e conforme descrito na nota explicativa nº 3 (c) serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.

- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas controladas indiretas.

Em 31 de dezembro de 2022, não havia, na Controladora e em suas controladas diretas – Brasil PCH e BSB, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias visto que não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (v) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE e/ou pela Eletrobras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- (vii) Provisão para contrato oneroso: os contratos onerosos são reconhecidos quando os custos do contrato excedem os benefícios econômicos destes contratos. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as premissas utilizadas para determinação do valor dos contratos onerosos.
- (viii) Mensurações do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios: O Grupo mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos em função de combinação de negócios: O Grupo mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos em função de combinação de negócios, os quais estão divulgados na nota explicativa nº 12.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	9	2.009	20	4.229
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	11.450	120.133	172.919	234.753
	<u>11.459</u>	<u>122.142</u>	<u>172.939</u>	<u>238.982</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB – junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado de 99% a 101,5% (em 2021, 99% a 100,5%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundos de investimento em renda fixa	12.578	33.007
	<u>12.578</u>	<u>33.007</u>

Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam de 79% a 122,43% (103,69% em 2021) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Brasil PCH e suas controladas indiretas, no âmbito do PROINFA, no montante de R\$161.675 em dezembro de 2022 (R\$103.352 em 2021), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e, a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020 a Eletrobras passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, os montantes devidos pela Brasil PCH a título de recolhimento do prêmio de repactuação do risco hidrológico, inicialmente previsto dentre os ajustes financeiros estabelecidos no contrato PROINFA. Assim em 31 de dezembro de 2022, registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor R\$54.193 (R\$30.420 em 2021), até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobras (vide nota explicativa nº 1.2).

O Grupo não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à Eletrobras como administradora do programa.

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Tributários (a)	8.503	3.145
Desapropriações e servidões (b)	11.911	11.319
Trabalhistas (c)	208	228
	<u>20.622</u>	<u>14.692</u>

(a) Refere-se a processo envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras referentes ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto 8.426/15 na Brasil PCH, bem como à apuração de IR/CSLL sobre indenização de bens dos sinistrados da São Joaquim Energia S.A. (controlada indireta) e Santa Fé Energética S.A. (controlada indireta).

(b) Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão administrativa. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

- (c) Algumas controladas indiretas da Companhia são responsáveis ou corresponsáveis (solidaria ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhistas reclamadas da Brasil PCH e/ou das SPEs e de empresas terceiras, conforme o caso.

#### 11. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se a constituição de dividendos a receber de suas controladas BSB Energética S.A. e Brasil PCH S.A., conforme movimentação abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Constituição de dividendos	135.258	68.564
Dividendos recebidos	<u>(135.258)</u>	<u>(68.564)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Constituição de dividendos	298.973	-
Dividendos recebidos	<u>(298.973)</u>	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>-</u>

#### 12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

- a) Informação acerca das controladas diretas.

Descrição	Ações ordinárias possuídas	Participação P%	Controladora	
			<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
BSB Energética S.A.	2.755.936	91,0%	74.536	24.246
Brasil PCH S.A.	65.931.482	70,0%	1.702.771	1.666.905
Investimento a PL contábil			263.398	203.587
Mais valia de ativos e passivos			946.788	965.080
Ágio			<u>492.585</u>	<u>498.238</u>
			<u>1.777.307</u>	<u>1.691.151</u>

- b) Aquisição da Brasil PCH S.A.

Em 15 de setembro de 2021 foi firmado o Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Companhia e a controlada BSB Energética S.A. ("BSB"), em conjunto denominadas Compradoras, e a Chipley e a Renova, em conjunto denominadas Vendedoras. Cumpridas as condições precedentes, a operação foi concluída em 1º de dezembro de 2021, mediante a aquisição pela Companhia de participação adicional direta de 35,7% no capital acionário da Brasil PCH, enquanto a sua controlada BSB, simultaneamente, adquiria a participação adicional de 15,3% no capital da investida. Desta forma, a Companhia passou a deter o controle da Brasil PCH, com participação (97,30%) direta (70%) e indireta (30%) no capital acionário da controlada.

O valor total da aquisição da referida operação foi de R\$1.069.438, sendo o valor de R\$748.607 referente à participação adquirida pela Companhia e de R\$320.831 referente à aquisição pela BSB. Parte do valor da aquisição, no montante de R\$60.000 (R\$42.000 retido pela Companhia e R\$18.000 retido pela controlada BSB), constituiu valor retido (garantia das obrigações de indenizar da vendedora e do pagamento de ajustes em virtude de verificação de “leakage”), sendo o valor atualizado pelo CDI. Tal montante foi liquidado em 30 de maio de 2022, devidamente atualizado pelo CDI conforme previsão contratual, somando a importância de R\$44.125 para a Companhia e de R\$18.911 para a BSB.

A Companhia procedeu com a elaboração do laudo de alocação dos valores justos, com base nos conceitos estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico - CPC – 46 – Mensuração do Valor Justo (equivalente a norma internacional IFRS 13). Os ativos intangíveis foram avaliados utilizando-se do Método de Lucros Excedentes por Vários Períodos (MPEEM), e os ativos imobilizados foram avaliados utilizando o método de Custo de Reposição.

O valor justo total da Brasil PCH pode ser demonstrado como segue:

Em 1º de dezembro de 2021	Valores de custo	Mais valia	Valor justo
<b>ATIVOS</b>	1.284.467	1.813.306	3.097.773
Caixa e equivalentes de caixa	129.934	-	129.934
Aplicações financeiras	12.615	-	12.615
Contas a receber	101.563	-	101.563
Impostos a recuperar	10.724	-	10.724
Outros ativos circulantes	5.653	-	5.653
Impostos diferidos	343	-	343
Depósitos judiciais	14.636	-	14.636
Outros ativos não circulantes	286	-	286
Imobilizado	995.073	369.025	1.364.098
Intangível	13.640	1.444.281	1.457.921
<b>PASSIVO</b>	(945.099)	(653.312)	(1.598.411)
Contas pagar	(4.702)	-	(4.702)
Salários	(4.043)	-	(4.043)
Impostos a recolher	(6.614)	-	(6.614)
Imposto diferido mais valia	-	(597.573)	(597.573)
Outros passivos	(30.701)	-	(30.701)
Receita diferida	(4.999)	-	(4.999)
Debêntures e instrumento financeiro derivativo	(852.041)	(55.739)	(907.780)
Obrigações futuras	(39.626)	-	(39.626)
Provisões	(2.373)	-	(2.373)
<b>Ativos líquidos</b>	339.368	1.159.994	1.499.362

Adicionalmente, a Companhia apurou ágio oriundo do reconhecimento do passivo fiscal diferido de R\$597.573 como demonstrado abaixo. Destaca-se que o ágio apurado não é dedutível para fins fiscais.

	<u>Consolidado</u>
Valor justo da contraprestação transferida e a transferir – 51%	1.069.438
Valor justo da participação anteriormente detida – 49%	<u>1.027.497</u>
	<u>2.096.935</u>
Valor justo dos ativos líquidos assumidos	(1.499.362)
Ágio identificado	597.573

	Eletroriver	BSB	Consolidado	Alocações	
				Total Controladora	Minoritários
Participação detida anteriormente	34,3%	14,7%	49%	47,7%	1,3%
Valor contábil da participação detida anteriormente	116.403	49.887	166.290	161.879	4.412
Ganho na remensuração do investimento (*)	602.845	258.363	861.208	838.359	22.849
Valor justo da participação direta detida anteriormente	719.248	308.249	1.027.497	1.000.238	27.261
Participação adicional adquirida	35,7%	15,30%		49,6%	1,4%
Valor da contraprestação transferida pela participação adicional	748.607	320.831	1.069.438	1.040.563	28.875
Participação detida após aquisição	70%	30%	100%	97,3%	2,7%
Investimento na data da aquisição	1.049.553	449.809	1.499.362	1.458.879	40.483
Ágio reconhecido na data da aquisição	597.573	-	597.573	581.439	16.134
Saldo total de investimentos na data da aquisição	1.647.126	449.809	2.096.935	2.040.318	56.617

(\*) Não inclui os efeitos de reciclagem do Ajuste de Avaliação Patrimonial no montante de R\$7.419, conforme mencionado na nota explicativa nº 22.

A alocação dos valores justos da Brasil PCH, identificou, mais valia no valor de R\$1.159.994, sendo (i) R\$369.025 referente a mais valia de ativos imobilizados; (ii) R\$1.444.281 referente a mais valia de ativos intangíveis de contratos firmados, (iii) R\$597.573 referente ao efeito do reconhecimento do imposto diferido passivo sobre a mais valia líquida, e (iv) R\$55.739 referente ao ajuste para maior do valor justo de debêntures (reduzidor da mais valia). A mais valia apurada segue sendo amortizada com base na vida útil remanescente dos ativos, que corresponde, na data da aquisição, à vida útil remanescente média de aproximadamente 25 anos para os itens de ativo imobilizado e 47 anos para o ativo intangível.

Considerando o preço pago, após alocação das mais valias acima indicadas, o valor de R\$597.573, oriundo do reconhecimento do passivo fiscal diferido, que no julgamento da Administração não tem expectativa de incorporação.

A estimativa de vida útil da amortização do ativo intangível leva em consideração a média do período remanescente das autorizações da ANEEL para as usinas que compõem a Brasil PCH, acrescidas do período de renovação de 30 anos, definido pela Lei 13.360/2016 e regulamentado pelo Decreto 9.158/2017.

A Companhia determinou a mensuração da participação de não controladores com base no valor justo. As mensurações do valor justo foram baseadas em fluxo de caixa descontado, estimado com base em informações que não são observáveis e, portanto, representam a mensuração do valor justo categorizada no Nível 3 da hierarquia do valor justo. As principais premissas foram:

- Taxa de desconto, em termos nominais, de 11,92% para o Grupo;
- Informações das PCHs do Grupo, como: (i) prazo de autorização conforme divulgado na NE 1, além da renovação da autorização por prazo de mais 30 anos, (ii) garantia física e (iii) preço de venda de energia, de acordo com os contratos firmados entre as SPEs e a Eletrobras;
- Demais gastos que são estimados para as operações das PCHs e das holdings Brasil PCH e PCHPAR, em linha com as informações históricas e estimativas atuais da Companhia.

#### Informações das controladas

Os principais saldos patrimoniais das controladas diretas, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são apresentados como segue:

	31/12/2022				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido (*)
BSB Energética S.A.	42.513	377.015	40.649	296.972	81.907
Brasil PCH S.A.	304.722	1.010.420	293.968	644.892	376.282
<b>Total</b>	<b>347.235</b>	<b>1.387.435</b>	<b>334.617</b>	<b>941.864</b>	<b>458.189</b>

  

	31/12/2021				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido (*)
BSB Energética S.A.	48.967	355.796	47.081	331.038	26.644
Brasil PCH S.A.	216.591	1.027.856	227.788	725.821	290.838
<b>Total</b>	<b>265.558</b>	<b>1.383.652</b>	<b>274.869</b>	<b>1.056.859</b>	<b>317.482</b>

Os principais saldos de resultado das controladas diretas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são apresentados como segue:

	31/12/2022				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido (*)
BSB Energética S.A.	-	-	126.127	86.142	86.142
Brasil PCH S.A.	714.371	594.013	590.480	488.863	438.518
<b>Total</b>	<b>714.371</b>	<b>594.013</b>	<b>716.607</b>	<b>575.005</b>	<b>524.660</b>

  

	31/12/2021				
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido (**)
BSB Energética S.A.	-	-	46.962	41.251	41.132
Brasil PCH S.A.	594.651	482.162	466.033	313.543	293.162
<b>Total</b>	<b>594.651</b>	<b>482.162</b>	<b>512.995</b>	<b>354.794</b>	<b>334.294</b>

- (\*) Em função dos efeitos da mais valia apurada na alocação dos valores justos da Brasil PCH, o saldo apresentado no patrimônio líquido das controladas diretas difere do saldo do investimento da controladora em R\$1.319.118 (R\$1.373.669 em 2021). Em função da amortização da mais valia dos ativos, o impacto no resultado com equivalência patrimonial é de R\$23.945.
- (\*\*) Em função da combinação de negócios e da obtenção de controle da Brasil PCH, os saldos consolidados de receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram impactados pelo montante de R\$56.758 e o lucro líquido pelo montante de R\$29.970, os quais referem-se aos resultados da Brasil PCH desde a data da aquisição até 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, caso a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021, os saldos consolidados da receita e de lucro líquido seriam acrescidos pelos montantes de R\$537.893 e R\$263.192, respectivamente.

c) Movimentação do investimento

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	65.574	82.319
Equivalência patrimonial	146.957	128.968
Ganho na remensuração de investimento	838.359	861.208
Dividendos propostos	(135.258)	(68.564)
Aquisição de investimento	748.607	-
Realocação de investimento por aquisição de controle	-	(1.027.497)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	26.912	23.567
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.691.151</u>	<u>-</u>
Equivalência patrimonial	385.352	-
Amortização do mais valia	(23.945)	-
Aumento de capital (*)	14.696	-
Dividendos propostos	(298.973)	-
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	9.026	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.777.307</u>	<u>-</u>

- (\*) Através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22 de dezembro de 2022, foi efetuado aumento de capital em controlada com saldo a receber de partes relacionadas.

13. SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:				
BSB Energética S.A.	-	14.696	-	-
Companhia Energética de Brasília - CEB	-	-	-	(1.429)
	<u>-</u>	<u>14.696</u>	<u>-</u>	<u>(1.429)</u>

Através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22 de dezembro de 2022, o acionista BSB realizou o aumento de capital, capitalizando o montante total de R\$16.125 do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, sendo R\$14.696 pela Companhia e R\$1.429 pela Companhia Energética de Brasília – CEB. Na integralização do acionista não controlador, Companhia Energética de Brasília – CEB o valor de R\$24 oriundos da Reserva de Investimento foram convertidos também em AFAC e capitalizados na mesma data, totalizando R\$1.453.

Remuneração do Pessoal Chave

No período de 2022, a remuneração do pessoal chave foi de R\$28 pela Companhia (não houve apuração de remuneração de pessoal chave pela Companhia no exercício de 2021) e de R\$1.737 por meio do Grupo Brasil PCH (R\$1.240 em 2021 pelo Grupo Brasil PCH). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 14. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

## a) Composição do imobilizado

	Taxa de Depreciação	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Mais valia - ativo fixo	4%	369.025	(15.734)	353.291	369.025	(1.210)	367.815
Terrenos	-	43.887	-	43.887	43.696	-	43.696
Direitos sobre arrendamento	37,8%	2.506	(577)	1.929	173	-	173
Turbina hidráulica	2,50%	175.568	(57.987)	117.581	175.143	(53.607)	121.536
Conduto forçado	3,13%	49.359	(20.955)	28.404	48.650	(19.421)	29.229
Gerador	3,33%	116.746	(51.728)	65.018	116.244	(47.854)	68.390
Comporta	3,33%	37.279	(16.207)	21.072	36.734	(14.983)	21.751
Subestação unitária	3,57%	75.134	(38.180)	36.954	75.134	(35.500)	39.634
Estrutura de tensão	3,57%	28.525	(13.322)	15.203	28.525	(12.307)	16.218
Casa de força produção hidráulica	2,00%	446.608	(123.884)	322.724	444.366	(114.983)	329.383
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	349.148	(86.974)	262.174	344.834	(80.201)	264.633
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	97.851	(41.298)	56.553	94.840	(37.686)	57.154
Imobilizado em Curso	-	1.686	-	1.686	894	-	894
		<u>1.793.322</u>	<u>(466.846)</u>	<u>1.326.476</u>	<u>1.778.258</u>	<u>(417.752)</u>	<u>1.360.506</u>

## b) Movimentação do imobilizado

2022

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Custo</u>					
Mais valia – ativo fixo	369.025	-	-	-	369.025
Terrenos	43.696	294	(103)	-	43.887
Direitos sobre arrendamento	173	2.333	-	-	2.506
Turbina hidráulica	175.143	87	-	338	175.568
Conduto forçado	48.650	709	-	-	49.359
Gerador	116.244	469	-	33	116.746
Comporta	36.734	545	-	-	37.279
Subestação unitária	75.134	-	-	-	75.134
Estrutura de tensão	28.525	-	-	-	28.525
Casa de força produção hidráulica	444.366	2.040	-	202	446.608
Reservatório, barragem, adutora	344.834	4.314	-	-	349.148
Outras máquinas e equipamentos	94.840	3.011	(83)	83	97.851
Imobilizado em curso	894	1.448	-	(656)	1.686
	<u>1.778.258</u>	<u>15.250</u>	<u>(186)</u>	<u>-</u>	<u>1.793.322</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Mais valia – ativo fixo	(1.210)	(14.524)	-	-	(15.734)
Direitos sobre arrendamento	-	(577)	-	-	(577)
Turbina hidráulica	(53.607)	(4.380)	-	-	(57.987)
Conduto forçado	(19.421)	(1.534)	-	-	(20.955)
Gerador	(47.854)	(3.874)	-	-	(51.728)
Comporta	(14.983)	(1.224)	-	-	(16.207)
Subestação unitária	(35.500)	(2.680)	-	-	(38.180)
Estrutura de tensão	(12.307)	(1.015)	-	-	(13.322)
Casa de força produção hidráulica	(114.983)	(8.901)	-	-	(123.884)
Reservatório, barragem, adutora	(80.201)	(6.773)	-	-	(86.974)
Outras máquinas e equipamentos	(37.686)	(3.664)	52	-	(41.298)
	<u>(417.752)</u>	<u>(49.146)</u>	<u>52</u>	<u>-</u>	<u>(466.846)</u>
Imobilizado Líquido	<u>1.360.506</u>	<u>(33.896)</u>	<u>(134)</u>	<u>-</u>	<u>1.326.476</u>

2021

	<u>31/12/2020</u>	<u>Combinação de negócios</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Custo</u>						
Mais valia – ativo fixo	-	369.025	-	-	-	369.025
Terrenos	-	42.879	817	-	-	43.696
Direitos sobre arrendamento	-	211	-	(38)	-	173
Turbina hidráulica	-	175.136	7	-	-	175.143
Conduto forçado	-	48.650	-	-	-	48.650
Gerador	-	116.118	126	-	-	116.244
Comporta	-	36.734	-	-	-	36.734
Subestação unitária	-	75.134	-	-	-	75.134
Estrutura de tensão	-	28.525	-	-	-	28.525
Casa de força produção hidráulica	-	444.255	111	-	-	444.366
Reservatório, barragem, adutora	-	345.714	356	(1.236)	-	344.834
Outras máquinas e equipamentos	-	94.774	66	-	-	94.840
Imobilizado em curso	-	984	18	-	(108)	894
	<u>-</u>	<u>1.778.139</u>	<u>1.501</u>	<u>(1.274)</u>	<u>(108)</u>	<u>1.778.258</u>
<u>(-) Depreciação</u>						
Mais valia – ativo fixo	-	-	(1.210)	-	-	(1.210)
Turbina hidráulica	-	(53.242)	(365)	-	-	(53.607)
Conduto forçado	-	(19.294)	(127)	-	-	(19.421)
Gerador	-	(47.531)	(323)	-	-	(47.854)
Comporta	-	(14.882)	(101)	-	-	(14.983)
Subestação unitária	-	(35.276)	(224)	-	-	(35.500)
Estrutura de tensão	-	(12.217)	(90)	-	-	(12.307)
Casa de força produção hidráulica	-	(114.242)	(741)	-	-	(114.983)
Reservatório, barragem, adutora	-	(79.960)	(536)	295	-	(80.201)
Outras máquinas e equipamentos	-	(37.397)	(289)	-	-	(37.686)
	<u>-</u>	<u>(414.041)</u>	<u>(4.006)</u>	<u>295</u>	<u>-</u>	<u>(417.752)</u>
Imobilizado Líquido	<u>-</u>	<u>1.364.098</u>	<u>(2.505)</u>	<u>(979)</u>	<u>(108)</u>	<u>1.360.506</u>

(\*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível.

## 15. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

## a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Amortização acumulada	31/12/2022	Custo	Amortização acumulada	31/12/2021
Mais valia - ativo intangível	2,13%	1.444.281	(32.928)	1.411.353	1.444.281	(2.532)	1.441.749
Ágio (*)	-	590.882	-	590.882	597.572	-	597.572
Servidões	-	2.911	-	2.911	2.911	-	2.911
Software	20%	4.002	(2.283)	1.719	3.604	(1.756)	1.848
Medidas compensatórias	10 a 25%	26.903	(21.160)	5.743	24.241	(16.971)	7.270
Indenização de terras	-	1.785	-	1.785	1.753	-	1.753
Legalização de terras	-	1.498	-	1.498	1.524	-	1.524
		<u>2.071.413</u>	<u>(56.371)</u>	<u>2.015.891</u>	<u>2.075.886</u>	<u>(21.259)</u>	<u>2.054.627</u>

## b) Movimentação do intangível

2022

	31/12/2021	Adições	Baixa	Provisão para redução ao valor recuperável (*)	31/12/2022
<u>Custo</u>					
Mais valia - ativo intangível	1.444.281	-	-	-	1.444.281
Ágio	597.572	-	-	(6.690)	590.882
Servidões	2.911	-	-	-	2.911
Software	3.604	398	-	-	4.002
Medidas compensatórias	24.241	2.662	-	-	26.903
Indenização de terras	1.753	32	-	-	1.785
Legalização de terras	1.524	-	(26)	-	1.498
	<u>2.075.886</u>	<u>3.092</u>	<u>(26)</u>	<u>(6.690)</u>	<u>2.071.413</u>
<u>(-) Amortização</u>					
Mais valia - ativo intangível	(2.532)	(30.396)	-	-	(32.928)
Software	(1.756)	(527)	-	-	(2.283)
Medidas compensatórias	(16.971)	(4.189)	-	-	(21.160)
	<u>(21.259)</u>	<u>(35.112)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(56.371)</u>
Intangível líquido	<u>2.054.627</u>	<u>(32.020)</u>	<u>(26)</u>	<u>(6.690)</u>	<u>2.015.891</u>

(\*) Em 30 de junho de 2022, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$6.690, tendo como contrapartida a rubrica de "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. As principais premissas utilizadas foram:

- (i) Taxa de desconto, em termos nominais, de 11,92% para o Grupo;
- (ii) Informações das PCHs do Grupo, como: (i) prazo de autorização, conforme divulgado na nota explicativa no 1, além da renovação da autorização por prazo adicional de 30 anos, (ii) garantia física, (iii) preço de venda de energia no âmbito do PROINFA, (iv) IGP-M projetado para os exercícios futuros e (v) projeção do preço de venda de energia no mercado de curto prazo para o período após o término dos contratos de venda firmados com a Eletrobras;
- (iii) Demais gastos que são estimados para as operações das PCHs e das holdings Brasil PCH e PCHPAR, em linha com as informações históricas e estimativas atuais da Companhia.

Para o encerramento do exercício findo em 2022 a Companhia determinou o valor recuperável de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) sujeitas a análise de recuperabilidade de ágio. Comparando o valor recuperável de cada UGC com o seu valor contábil não foram identificadas perdas por desvalorização a serem reconhecidas nas demonstrações do resultado da Companhia.

O valor recuperável de cada UGC foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros, em reais, e descontados a uma taxa pós-impostos de 10,76% a.a. para UGCs enquadradas no regime tributário de Lucro Real e 12,65% a.a. para empresas enquadradas no Lucro Presumido, que reflete as avaliações atuais de mercado acerca do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos dos ativos para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, a partir de projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração e extrapolados considerando o prazo total de autorização das PCHs.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para todos os anos até o período final de autorização nos anos de 2068 e 2069. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de um ano, foram extrapolados considerando como principais premissas:

- Geração de resultados nos ambientes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”). Todas as UGCs estão integralmente contratadas no ambiente “PROINFA” até os anos de 2028/29 quando se encerram os contratos.
- Uma vez encerrado o contrato “PROINFA” e até o final da Autorização de cada SPE, nos anos de 2068/69, conforme o caso, a energia produzida será comercializada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) por meio de contratos bilaterais. Para a projeção de resultados no ACL a Companhia usou como principal referência os dados de preços futuros da Curva Forward divulgados pela DCIDE.
- Para custos e despesas regulatórias a Companhia aplica a metodologia para cálculo dos valores com base na legislação vigente. Para os demais custos e despesas operacionais, a Companhia mantém as premissas aplicadas ao modelo financeiro da Companhia projetados com base em projeções macroeconômicas, extraídas do Sistema de Expectativas do Banco Central do Brasil (FOCUS) para as suas projeções macroeconômicas.

## 2021

	<u>31/12/2020</u>	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Transferências (*)	<u>31/12/2021</u>
<u>Custo</u>						
Mais valia – ativo intangível	-	1.444.281	-	-	-	1.444.281
Ágio	-	597.572	-	-	-	597.572
Servidões	-	2.911	-	-	-	2.911
Software	-	3.153	343	-	108	3.604
Medidas compensatórias	-	23.202	1.039	-	-	24.241
Indenização de terras	-	1.743	10	-	-	1.753
Legalização de terras	-	1.524	-	-	-	1.524
	-	<u>2.074.386</u>	<u>1.392</u>	-	<u>108</u>	<u>2.075.886</u>
<u>(-) Amortização</u>						
Mais valia – ativo intangível	-	-	(2.532)	-	-	(2.532)
Software	-	(1.717)	(40)	-	-	(1.757)
Medidas compensatórias	-	<u>(17.175)</u>	-	204	-	<u>(16.971)</u>
	-	<u>(18.892)</u>	<u>(2.572)</u>	204	-	<u>(21.260)</u>
Intangível líquido	-	<u>2.055.494</u>	<u>(1.180)</u>	<u>204</u>	<u>108</u>	<u>2.054.626</u>

(\*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível.

## 16. DEBÊNTURES E INSTRUMENTO FINANCEIRO DERIVATIVO

Em deliberação da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada em 10 de setembro de 2021, os acionistas aprovaram a 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos, da Eletroriver S.A., no valor total de R\$805.000, distribuídos em 805.000 (oitocentas e cinco mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1, na data de emissão. Na mesma data, em sede da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da BSB Energética S.A., os acionistas da controlada aprovaram a 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos, no valor total de R\$345.000, distribuídos em 345.000 (trezentas e quarenta e cinco mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1, na data de emissão. Ambas as debêntures serão pagas semestralmente, juros e principal, sempre nos meses de abril e outubro de cada ano. Os primeiros pagamentos (principal e juros) ocorreram em 15/04/2022 e os últimos se darão em 15/04/2030.

Em deliberação geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, os acionistas da controlada Brasil PCH., aprovaram a 1ª (primeira) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Brasil PCH S.A., no valor total de R\$900.000, distribuídas em 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da primeira série e 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da segunda série, com valor unitário de R\$1. Essas debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, sempre nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de fevereiro de 2019 e os últimos se darão em 15 de novembro de 2026.

## a) Composição das debêntures

	Quantidade	Valor Nominal	Controladora		Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures - Série Única - Eletroriver S.A. (IPCA + 7,04%)	805.000	1	807.346	818.651	807.346	818.651
Debêntures - Série Única - BSB Energética S.A. (IPCA + 7,04%)	345.000	1	-	-	346.005	350.851
Debêntures – 1ª Série - Brasil PCH S.A. (CDI+2,39%)	450.000	1	-	-	311.946	355.815
Debêntures – 2ª Série - Brasil PCH S.A. (IPCA+8,2647%)	450.000	1	-	-	392.236	426.213
(-) Custo com transação com debêntures			(18.840)	(20.950)	(32.408)	(36.781)
Ajuste a valor justo – debêntures (vide nota 12)				-	43.621	55.738
			788.506	797.701	1.868.746	1.970.487
Instrumento financeiro derivativo - "SWAP" - Brasil PCH			-	-	81.701	81.085
			788.506	797.701	1.950.447	2.051.572

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Ativo Circulante			-	(320)	(1.321)	
Passivo circulante			-	-	6.703	609
Passivo não circulante			-	-	75.318	81.797

-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Debêntures</b>				
Passivo circulante	94.847	62.125	307.352	257.391
Passivo não circulante	693.659	735.576	1.561.394	1.713.096

## b) Movimentação das Debêntures e Instrumento financeiro derivativo - SWAP

	Eletroriver	BSB	Brasil PCH		Consolidado
			Debêntures	SWAP	
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-	-
Captação líquida	783.829	335.540	-	-	1.119.369
Custos de transação	221	99	112	-	432
Combinação de negócios	-	-	821.080	86.700	907.780
Encargos provisionados	13.651	5.851	10.104	-	29.606
Varição do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(5.615)	(5.615)
Saldo em 31/12/2021	<u>797.701</u>	<u>341.490</u>	<u>831.296</u>	<u>81.085</u>	<u>2.051.572</u>
Custos de transação	2.110	924	1.338	-	4.372
Encargos provisionados	101.449	43.478	97.200	-	242.127
Instrumento financeiro derivativo – curva CDI x IPCA	-	-	-	14.663	2.544
Pagamento principal	(61.842)	(26.504)	(101.270)	-	(189.616)
Pagamento de juros e atualização monetária	(50.912)	(21.820)	(79.498)	-	(152.230)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	-	-	-	(11.269)	(11.269)
Recebimento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	-	-	-	12.223	
Varição do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(9.277)	(9.277)
Saldo em 31/12/2022	<u>788.506</u>	<u>337.568</u>	<u>749.066</u>	<u>87.425</u>	<u>1.950.446</u>

**Restrições:** A Companhia, assim como sua controlada BSB, está sujeita a cláusulas restritivas (“covenants”), incluindo, dentre outros, restrições quanto à transferência de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão, em todos os casos sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20 ou superior. O não cumprimento dos “covenants” e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) de 2,25, superior ao índice determinado na escritura de 1,20, logo o ICSD está em conformidade com as determinações da escritura debêntures, assim como no caso da controlada BSB que também apurou índice de 2,25.

**Garantias:** Foram ofertadas em alienação fiduciária, em caráter irrevogável, as ações de emissão da Brasil PCH e de titularidade da Companhia, representativas de 70% (setenta por cento) do capital social da investida bem como quaisquer novas ações que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela Companhia, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes.

Debêntures de emissão da Brasil PCH

**Restrições:** A Brasil PCH está sujeita a “covenants” decorrentes da emissão de debêntures, incluindo, dentre outros, redução de capital, cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária, transferência de controle acionário, mudança do objeto social, operações de mutuo, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior, exceto nos termos previsto na escritura de emissão, conforme aditada de tempos em tempos, e/ou mediante anuência prévia dos debenturistas.

**Garantias:** Os debenturistas da Brasil PCH estão garantidos pela (i) alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes e que venham a ser emitidas (i.a) de emissão das SPEs detidas pela PCHPAR e (i.b) de emissão da PCHPAR detidas pela Emissora, bem como (ii) cessão fiduciária (ii.a) pelas SPEs, de direitos emergentes das Autorizações concedidas pela ANEEL, (ii.b) de todos os direitos creditórios que venham a ser devidos às SPEs no âmbito de Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás no âmbito do PROINFA, (ii.c) de direitos creditórios oriundos de determinados seguros contratados pelas SPEs, (ii.d) de todos os direitos creditórios oriundos das Ações Alienadas e (ii.e) todos e quaisquer direitos, inclusive aplicações financeiras e seus rendimentos, detidos pela Emissora, pela PCHPAR e pelas SPEs sobre determinadas contas vinculadas, e (iii) Fiança das SPEs; em todos os casos conforme os termos e condições previstos na escritura de emissão, conforme aditada de tempos em tempos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Brasil PCH apresentou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) de 3,06 (2021, 3,38), superior ao índice determinado na escritura de 1,20, logo o ICSD desta controlada também está em conformidade com as determinações da escritura de debêntures.

## (a) Instrumento financeiros derivativo – “SWAP” designado como “hedge” de fluxo de caixa

Para a 1ª Série de debêntures emitida pela controlada Brasil PCH S.A., contratou-se, junto ao Banco Itaú, operação de “Swap” trocando a remuneração da - 1ª Série (CDI+2,39%) e igualando-a à remuneração da 2ª série (IPCA + 8,2647%). Essa transação foi qualificada como “hedge” de fluxo de caixa, sendo os efeitos decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo de proteção reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2022, as informações sobre a marcação a mercado são conforme abaixo demonstradas:

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Exercício	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (Ativo - curva CDI)	Ganho (perda) – valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado “Swap” - MTM
16/11/2026	450.000	31/12/2021	426.213	355.815	(70.398)	(10.687)
16/11/2026	450.000	31/12/2022	406.856	325.155	(80.290)	(1.411)

## 17. PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/21	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização Financeira	31/12/22
Compromissos socioambientais (a)	14.678	4.314	-	(767)	151	18.376
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	10.758	2.661	-	(2.925)	296	10.790
Provisão p/ legalização de terras (c)	1.525	-	(26)	-	-	1.499
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.518	172	-	-	-	13.690
Total	40.479	7.147	(26)	(3.692)	447	44.355
Passivo circulante	5.905					6.245
Passivo não circulante	34.574					38.110

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê, dentre outras atividades, o zoneamento e recuperação ambiental de determinadas áreas de propriedade das SPEs ou de terceiros. Para o cumprimento das exigências do PACUERA, o Grupo precisa ainda realizar a aquisição de terras a serem reflorestadas, ações essas também registradas sob esta rubrica.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs da Brasil PCH possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Em prol do meio ambiente e em cumprimento das determinações constantes das licenças ambientais, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna e flora, de proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pelo Grupo estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão fundiária: o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos registros imobiliários perante os competentes cartórios, sendo, portanto, provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para realizar a construção da PCH, foi necessária a aquisição por parte do Grupo de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

## 18. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a recolher	71	71	33.842	3.954
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)	-	-	932	790
PIS e COFINS sobre receita financeira	6	46	2.984	2.335
Impostos diferidos	-	-	727	583
Contribuição retida na fonte	-	255	-	255
Outros tributos a recolher	8	83	4.482	1.312
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>455</b>	<b>42.967</b>	<b>9.229</b>

## 19. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

### a) Composição da receita diferida

	31/12/2022	31/12/2021
Exposição ao MRE (a)	1.773	4.367
<b>Total</b>	<b>1.773</b>	<b>4.367</b>

### b) Movimentação da receita diferida

	31/12/2021	Constituição e atualização	Reversão (i)	Realização	31/12/2022
Exposição ao MRE (a)	4.367	2.908	(2.771)	(2.731)	1.773
	<b>4.367</b>	<b>2.908</b>	<b>(2.771)</b>	<b>(2.731)</b>	<b>1.773</b>

	31/12/2020	Combinação de negócios	Constituição	Transferência	Realização	31/12/2021
Exposição ao MRE (a)	-	4.999	(572)	179	(239)	4.367
	<b>-</b>	<b>4.999</b>	<b>(572)</b>	<b>179</b>	<b>(239)</b>	<b>4.367</b>

- (a) Exposição ao MRE –2021/2022: Todas as PCHs do Grupo fizeram opção por participar do MRE, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.
- (i) Em 6 de outubro de 2021, o Supremo Tribunal de Justiça (“STJ”), em decisão referente à processo instaurado pela ANEEL, determinou a exclusão da UHE Risoleta Neves do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em função da decisão do STJ, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE recalculou e em fevereiro de 2022 comunicou, através das instruções de faturamento, os participantes do MRE a restituição de montantes apurados anteriormente e que foram diretamente impactados pela exclusão da UHE Risoleta Neves do MRE. O impacto total para o Grupo foi a restituição no montante de R\$2.771.

## 20. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

As controlada direta Brasil PCH e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, regulatórios e cíveis era de R\$2.970 (R\$2.581 em 2021) conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/21</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Realização</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/22</u>
Trabalhista	164	67	(139)	-	-	92
Regulatório	1.393	94	-	-	55	1.542
Tributário	916	490	(133)	(105)	20	1.188
Cíveis	108	35	-	-	5	148
Total	<u>2.581</u>	<u>686</u>	<u>(272)</u>	<u>(105)</u>	<u>80</u>	<u>2.970</u>

Referem-se, em sua maior parte, a honorários de êxito registrados pela Administração do Grupo relacionados com discussões judiciais regulatórias e tributárias.

A controlada direta Brasil PCH e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Trabalhistas (a)	1.387	694
Cíveis (b)	2.971	2.741
Ambientais (c)	1.408	1.019
Tributário (d)	751	1.224
	<u>6.517</u>	<u>5.678</u>

- (a) As ações trabalhistas, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho sofrido por empregado de terceiro.

- (b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações e reparação de danos a pescadores em razão das obras de instalação do empreendimento. As demais ações cíveis do Grupo estão relacionadas a ações de indenização e ações possessórias.
- (c) São ações ambientais, cujo réus são as controladas da Companhia, e discutem principalmente, indenização por prejuízo com "Lavra de Areia", atividade exercida no reservatório das SPEs. Adicionalmente, a SPE Carangola é ré em ação popular assumida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, após desistência da autora, na qual se discute supostos danos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento, não sendo possível, tendo em vista o estágio processual, a atribuição de valor indenizável dada a ausência de caracterização dos danos ventilados pelo autor.
- (d) Refere-se à ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens, bem como a ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido pela Companhia sobre Tarifa Uso Sistema – TUSD.

## 21. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO (CONSOLIDADO)

Em 4 de dezembro de 2014, a Brasil PCH e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. Entretanto, no decorrer de sua vigência o contrato passou a ser oneroso, uma vez que os preços de compra da energia contratada passaram a ser maiores do que os preços de venda que o Grupo teria expectativa de obter no mercado. Em 2020, como forma de fixar as suas perdas nesta operação, o Grupo optou por negociar a venda da totalidade da energia contratada (15 MWs médios), com terceiros, e em valor unitário inferior àquele pelo qual a energia foi adquirida. Em 05 de janeiro de 2022, foi quitada a última parcela referente ao contrato oneroso no montante de R\$1.998.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 22.1. Capital Social

Em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$66.071 e está representado pelas 61.659.882 ações. Em 30 de novembro de 2021, através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve aumento de capital através de AFACs e saldos a receber dos acionistas, com a emissão de 13.078.878 (treze milhões e setenta e oito mil e oitocentos e setenta e oito) sendo 6.539.439 (seis milhões e quinhentos e trinta e nove mil e quatrocentos e trinta e nove) novas ações ordinárias e 6.539.439 (seis milhões e quinhentos e trinta e nove mil e quatrocentos e trinta e nove) novas ações preferenciais, totalizando 61.659.882 ações (em 2020 48.581.004 ações). Dessa forma o capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 passa a ser de R\$66.071 (em 2020 R\$48.581).

Acionistas	Ações Subscritas	%	Valor integralizado (R\$)
CS Energia S.A.	40.674.557	65,9660%	43.584.651
Paulo Celso Guerra Lage	10.358.861	16,8000%	11.099.994
Jose Guilherme A. Nascimento	2.219.756	3,6000%	2.378.570
Marcio Barata Diniz	2.219.756	3,6000%	2.378.570
Miguel Ethel Sobrinho	2.022.444	3,2800%	2.167.141

Acionistas	Ações		Valor integralizado (R\$)
	Subscritas	%	
Walter Luis Teixeira	2.022.444	3,2800%	2.167.141
Adalberto de Menezes Pedroso	1.071.032	1,7370%	1.147.660
Maria Cristina S. C. Barbosa	1.071.032	1,7370%	1.147.660
Total	61.659.882	100%	66.071.387

#### 22.2. Reserva Legal

É constituída, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve constituição de reserva legal em função do atingimento do limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

#### 22.3. Reserva de lucros

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

#### 22.4. Reserva de lucros a Realizar

Conforme artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e deliberação em Assembleia dos órgãos da Administração, foi constituída em 31 de dezembro de 2021, reserva de lucros a realizar, uma vez que o montante do saldo a disposição dos acionistas, após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, corresponde uma parcela do lucro líquido em função do resultado da remensuração na aquisição de investimento ocorrida em 1º de dezembro de 2021. Essa parcela contempla os impactos do ganho na remensuração na aquisição do investimento, no valor de R\$790.765, em função de que este lucro (apurado no exercício de 2021) se trata de “lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte”, conforme Inciso II do parágrafo primeiro do Art. 197 da Lei 6.404/76.

A alocação na reserva de lucros a realizar ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá apenas em exercícios futuros, a qual ocorrerá a partir de lucros financeiros futuros da referida operação e/ou venda do investimento. Nesse sentido, conforme preceitua o Art. 202, Inciso III, a cada ano, a parcela realizada dessa reserva, caso não seja absorvida por prejuízos posteriores, deverá ser destinada para a conta de lucro do exercício, a ser utilizada no cálculo para a determinação do dividendo a ser distribuído.

Em 05 de agosto de 2022, através da Ata de Reunião do Conselho de Administração foi aprovado o pagamento do montante de R\$71.226 relativos à parcela do dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2021 que estavam alocados na Reserva de Lucros a Realizar da Companhia.

#### 22.5. Dividendos a pagar

Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, o saldo total remanescente do lucro do exercício, se existente, deve ser atribuído ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento).

Destinação do resultado	31/12/22	31/12/21
Lucro líquido do exercício	261.122	962.884
Reserva Legal (5% até o limite de 20% do capital social) (*)	-	(3.498)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	261.122	959.386
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	65.280	239.847
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (i)	65.280	58.042
Dividendos mínimos obrigatórios a distribuir	-	110.579
Dividendos mínimos obrigatórios destinados para reserva de lucros a realizar	-	71.226
Dividendos adicionais distribuídos (i)	6.477	-
Dividendos adicionais a distribuir	189.365	-
Reserva de lucros a realizar	-	719.539

(i) Em 5 de agosto de 2022, e 30 de novembro de 2021 foram aprovados em Ata de Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral extraordinária (AGE), respectivamente, o pagamento de dividendos intermediários distribuídos para os períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e 2021 no valor de R\$71.757 e R\$58.042, respectivamente.

(\*) Em 31 de dezembro de 2022 não houve constituição de reserva legal, visto que a Companhia já havia atingido limite legal de 20% do capital social.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos exercícios:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020		
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	206.726	209.584
Dividendos pagos	(96.147)	(99.005)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	110.579	110.579
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	(*) 71.757	(**) 73.979
Dividendos aprovados - reserva de lucros a realizar	(*) 71.226	(**) 73.487
Dividendos pagos	(253.562)	(258.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-

(\*) Em 5 de agosto de 2022, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovado o pagamento do montante de R\$142.983 tendo como base as Informações Financeiras Intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2022, sendo R\$71.226 relativos à parcela dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2021 que estavam alocados na Reserva de Lucros a Realizar da Companhia; e R\$71.757 referente ao resultado líquido apurado pela Companhia no primeiro semestre de 2022.

(\*\*) O montante de dividendos adicionais contempla o saldo informado acima da Companhia e os valores de R\$2.120 e R\$2.222 de sua controlada BSB Energética S.A. que foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Ordinária e Extraordinária em 5 de agosto de 2022 e 25 de março de 2022, respectivamente. Adicionalmente em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22 de dezembro de 2022 foi aprovado o pagamento de dividendos no valor de R\$141 do saldo de reserva para investimento de sua controlada BSB Energética S.A., sendo que deste valor R\$24 foram utilizados para o aumento de capital.

## 22.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

O ajuste de avaliação patrimonial é representado pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa considerados efetivos da controlada Brasil PCH S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$9.026 (R\$35.096 em 2021) como parcela de outros resultados abrangentes.

Saldo em 31/12/2020	(30.354)
Ganho de valor justo de instrumento de “hedge” até novembro/2021	22.935
Baixa do ajuste de avaliação patrimonial por aquisição de controle (*)	7.419
Ganho de valor justo de instrumento de “hedge” em dezembro/2021	4.742
Saldo em 31/12/2021	4.742
Ganho de valor justo de instrumento de “hedge” em dezembro/2021	9.027
Saldo em 31/12/2022	<u>13.769</u>

(\*) Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, em 1º de dezembro de 2021 a Companhia assumiu o controle acionário da Brasil PCH e, por isso, em cumprimento do previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, realizou a baixa do saldo de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, o qual foi registrado no resultado do exercício na rubrica “Ganho na remensuração de investimento”.

## 23. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é baseado nos seguintes dados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	261.122	962.884
Lucro por ação básico e diluído:		
Média ponderada de ações disponíveis	61.659.882	49.670.911
Lucro por ação básico e diluído	4,2349	19,9281

## 24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receita bruta</u>		
Venda de energia elétrica	742.643	58.097
<u>Ajustes</u>		
Ajuste à Tarifa de Energia de Otimização (“TEO”)	2.478	693
Recontabilização + consumo interno	<u>2.125</u>	<u>118</u>
	4.603	811
<u>Deduções à receita bruta</u>		
PIS e COFINS Corrente	(32.708)	(2.121)
PIS e COFINS Diferido	<u>(167)</u>	<u>(29)</u>
	(32.875)	(2.151)
Receita líquida de vendas	<u>714.371</u>	<u>56.758</u>

## 25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a seguir está apresentado o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação e amortização (*)	-	-	(83.908)	(6.374)
Prêmio de risco (reapetuação do risco hidrológico)	-	-	(23.960)	(1.849)
Pessoal e administradores	-	-	(31.690)	(4.128)
Manutenção	-	-	(15.673)	(1.402)
Serviços de terceiros	(1.092)	(492)	(4.534)	(1.269)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	-	-	(10.428)	(833)
Seguros	-	-	(9.015)	(673)
Operação	-	-	(2.258)	(501)
Meio Ambiente	-	-	(463)	(448)
Tributos	(671)	(68)	(2.872)	(153)
Taxas setoriais	-	-	(996)	(80)
Receita com indenização recebida (**)	-	-	17.500	3.065
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio	-	-	(6.690)	-
Outras despesas, líquidas	(177)	(4)	(3.489)	(511)
<b>Total Consolidado</b>	<b>(1.940)</b>	<b>(564)</b>	<b>(178.476)</b>	<b>(15.156)</b>
Custo das vendas de energia	-	-	(165.278)	(14.633)
Outras despesas, líquidas	(1.940)	(564)	(13.198)	(523)

(\*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação, os créditos tributários de PIS/COFINS no montante de R\$343, decorrentes de aquisição de imobilizado em função da mudança da modalidade de apuração do lucro tributário da companhia.

(\*\*) A receita com indenização recebida está divulgada na nota explicativa nº 1.4.

## 26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros sobre debêntures	(101.448)	(13.960)	(242.126)	(30.048)
Custos de transação de debêntures	(2.110)	(221)	(4.372)	(432)
Instrumentos financeiros derivativos - curva CDI x IPCA	-	-	(15.797)	(3.192)
Variação monetária	(1.817)	(397)	(2.596)	(397)
Amortização ajuste a valor justo de debêntures	-	-	12.119	-
Outras despesas financeiras	(837)	(98)	(3.998)	(438)
<b>Total</b>	<b>(106.212)</b>	<b>(14.676)</b>	<b>(256.770)</b>	<b>(34.507)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.375	991	26.730	1.953
Instrumentos financeiros derivativos - curva CDI x IPCA	-	-	1.134	-
Outras receitas financeiras	492	-	1.077	78
<b>Total</b>	<b>7.867</b>	<b>991</b>	<b>28.941</b>	<b>2.031</b>
<b>Total</b>	<b>(98.345)</b>	<b>(13.685)</b>	<b>(227.829)</b>	<b>(32.476)</b>

## 27. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	261.122	962.884	308.066	991.883
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(88.781)	(327.381)	(104.742)	(337.240)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	151.013	12.396
Equivalência patrimonial	122.878	49.843	-	43.849
Ganho na remensuração de investimento	-	282.382	-	290.288
Outros efeitos permanentes	-	-	437	-
Crédito tributário não constituído (*)	(34.097)	(4.844)	(85.919)	(9.293)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(39.192)	(2.038)
Correntes	-	-	(50.204)	(3.286)
Diferidos	-	-	11.012	1.248

(\*) A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$114.714 em 31 de dezembro de 2022 (R\$14.429 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia e suas controladas BSB Energética, Brasil PCH e PCHPAR não constituem imposto fiscal diferido ativo por não terem expectativa de geração de lucros futuros suficientes de forma a realizar o imposto diferido ativo.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu passivo fiscal diferido em função da combinação de negócios ocorrida neste exercício. Abaixo é apresentada a composição do passivo fiscal diferido:

	31/12/2022	31/12/2021
Mais valia imobilizado	353.291	367.815
Mais valia intangível	1.411.353	1.441.749
Ajuste a valor justo de debêntures	(43.621)	(55.739)
	<u>1.721.023</u>	<u>1.753.825</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto fiscal diferido	<u>585.148</u>	<u>596.300</u>

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado. A administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

O risco de mercado decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. O Grupo avalia que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado a 99% a 122,43% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 7 e nº 8.

O Grupo utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia estima o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Gestão de risco de liquidez

O Grupo administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

<u>Consolidado</u>	<u>Nota</u>	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>	<u>3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 8 anos</u>
Fornecedores	-	3.068	3.068	3.068	-	-
Debêntures (*)	16	1.857.533	2.580.698	51.097	392.862	2.136.738
Instrumento financeiro derivativo	16	81.701	88.531	(303)	8.615	80.219
<b>Total</b>		<b>1.942.302</b>	<b>2.672.297</b>	<b>53.862</b>	<b>401.477</b>	<b>2.216.957</b>

(\*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal registrado na data desconsiderando os custos de transação e o ajuste a valor justo de debêntures constituído em função da combinação de negócios, conforme nota explicativa nº 12. Para maiores informações ver nota explicativa nº 16.

O Grupo não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	11.459	122.142	172.939	238.982
Aplicações financeiras	-	-	12.578	33.007
Contas a receber	-	-	161.675	103.352
Depósitos judiciais	-	-	20.622	14.692
Outros ativos	-	-	3.072	1.034
Partes relacionadas	-	14.696	-	-
<u>Mensurados pelo valor justo</u>				
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	320	1.321	320	1.321
<u>Passivos financeiros</u>				
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	46	4.927	3.068	7.893
Contas a pagar – aquisição de investimento	-	42.308	-	60.440
Debêntures	788.506	797.701	1.868.746	1.970.487
Mensurados pelo valor justo:				
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	-	-	81.701	81.085

Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros, trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado ou taxa com base nas condições do pagamento de prêmio na ocorrência de resgate antecipado facultativo estabelecido na escritura de debêntures de cada emissão. Exceto pelas debêntures, o qual o seu valor justo estimado em 31 de dezembro de 2022 é R\$1.940.128, (Nível 2) o valor justo dos demais itens são próximos ao seu valor contábil.

O Grupo está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures (IPCA) e aplicações financeiras (CDI).

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (13,75%) e IPCA (5,92%) no horizonte de 12 meses (fonte Boletim Focus datado de 30 de dezembro de 2022). Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II (possível) e III (remoto), respectivamente.

#### Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve transferência entre avaliação de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre nível 2 e nível 3.

#### Gestão de risco de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Debêntures (nota explicativa nº 16)	788.506	797.701	1.950.447	2.051.572
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7 e nº 8)	(11.459)	(122.142)	(185.517)	(271.989)
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	<u>777.047</u>	<u>675.559</u>	<u>1.764.930</u>	<u>1.779.583</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.001.958</u>	<u>874.792</u>	<u>1.032.582</u>	<u>900.447</u>
Total do capital (b)	<u>1.779.005</u>	<u>1.550.351</u>	<u>2.797.512</u>	<u>2.680.030</u>
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	44%	44%	63%	66%

## 29. COBERTURA DE SEGURO

### Seguro "Directors & Officers" (D&O)

A Companhia renovou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2023, mantendo a cobertura no montante de R\$50.000.

### Seguro de responsabilidade civil

As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2023 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

### Seguro de operação

As SPEs do Grupo possuem cobertura de seguro com vigência até 27 de junho de 2023 para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$2.939.472, sendo deste valor incluso: (i) linha transmissão R\$153.807 e (ii) Barragens R\$962.387, e lucros cessantes no montante de R\$743.439.

## 30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Reversão da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado	-	-	(577)	(38)
Adição da provisão para contrato de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado	-	-	2.333	1.150
Aquisição de investimento em contrapartida à rubrica de contas a pagar (nota explicativa nº 12)	-	42.000	-	60.000
Integralização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (nota explicativa nº 22)	-	17.490	-	17.490

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	(26)	-
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	7.147	-
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de fornecedores e impostos	-	-	287	-
Outras baixas de imobilizado e intangível	-	-	14	-
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRRF e CSRF	-	-	12.567	-
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	-	108	-
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	-	-	9.277	35.861

### 31. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 08 de fevereiro de 2023.

#### Composição do Conselho de Administração

\_\_\_\_\_  
José Guilherme A. do Nascimento  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Jorge Antônio Carvalho Lima  
Conselheiro - Vice - presidente

\_\_\_\_\_  
Augusto César Campos de Sousa Machado  
Conselheiro

#### Composição da Diretoria

\_\_\_\_\_  
Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho  
Diretor

\_\_\_\_\_  
Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

\_\_\_\_\_  
Braulio Rio Sá  
CRC: MG 117577/O-2  
Contador